



Relatório de Gestão

2008

Índice

1. Introdução	3
2. Organização Municipal	5
2.1 Estrutura Política.....	5
2.1.1 Câmara Municipal	5
2.1.2 Assembleia Municipal.....	6
3. Recursos Humanos.....	8
3.1 Introdução	8
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2008	8
3.3 Absentismo	14
3.4 Recrutamento e Selecção	15
3.5 Formação Profissional	16
3.6 Programas de Actividade Ocupacional	18
Situação Económica/ Financeira.....	20
Introdução	20
4.1 Análise Geral	21
4.3 Despesa.....	34
Estrutura e Evolução das Despesas	35
Despesa com o Pessoal.....	47
Fundo Social Municipal	53
4.4 Poupança.....	59
Saldo da Gerência.....	59
4.5 Indicadores Estatísticos.....	61
6. Aplicação de Resultados	78
7. Factos relevantes ocorridos após o exercício	79
8 - Contabilidade de Custos.....	80
9. Considerações Finais	84

1. Introdução

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, os Documentos de Prestação e Contas (DPC), cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 69/99, e 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Os DPC são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 - Instruções n.º01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no DR II.ª Série, n.º 191, de 18/08/2001.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Arganil, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

Documentos de Prestação de Contas			
N.º	Designação	Código POCAL	Grupo I
1	Balanço	5	x
2	Demonstração de Resultados	6	x
3	Plano Plurianual de Investimentos	7.1	x
4	Orçamento (Resumo)	7.2	x
5	Orçamento	7.2	x
6	Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	x
7	Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	x
8	Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	x
9	Fluxos de Caixa	7.5	x
10	Contas de Ordem	7.5	x
11	Operações de Tesouraria	7.6	x
12	Caracterização da entidade	8.1	x
13	Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados	8.2	x
14	Modificações do Orçamento - Receita	8.3.1.1	x
15	Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	x
16	Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	x
17	Contratação Administrativa - Situação dos Contratos	8.3.3	x
18	Transferências correntes - Despesa	8.3.4.1	x
19	Transferências capital - Despesa	8.3.4.2	x
20	Subsídios concedidos	8.3.4.3	x
21	Transferências correntes - Receita	8.3.4.4	x
22	Transferências capital - Receita	8.3.4.5	x
23	Subsídios Obtidos	8.3.4.6	x
24	Activos de rendimento fixo	8.3.5.1	x
25	Activos de rendimento variável	8.3.5.2	x
26	Empréstimos	8.3.6.1	x
27	Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	x
28	Relatório de Gestão	13	x
Outros Documentos			
29	Guia de Remessa		x
30	Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta		x
31	Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	x
32	Resumo diário de tesouraria	12.2.9	x
33	Síntese das reconciliações bancárias		
34	Mapa dos Fundos de Maneio		x
35	Relação de Emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		x
36	relação de acumulação de funções		x
37	Relação nominal de responsáveis		x

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), o Executivo Municipal apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2008, que constitui um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 - 2.ª Secção - Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

Dos conteúdos objecto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, e à situação financeira, relevando a execução orçamental através do qual são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2008, com especial destaque para a execução das Grandes Opções do Plano.

Recorreu-se à elaboração de quadros e gráficos para melhor evidenciar os dados tratados em cada capítulo. Para uma melhor percepção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

2. Organização Municipal

A organização do Município assenta em duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

2.1 Estrutura Política

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas, e a Assembleia Municipal, com funções de natureza essencialmente deliberativa e fiscalizadora da actividade da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 39 membros, dos quais 21 são eleitos directamente como deputados municipais e 18 por inerência, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta.

2.1.1 Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Arganil é constituída por 7 membros: 1 Presidente, 1 Vice-Presidente e 5 Vereadores, a quem compete, num quadro de delegações e subdelegações previamente estabelecidas, a responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a actividade dos serviços municipais.

No seio deste órgão destaca-se o mecanismo de delegações e subdelegações de competências nos Vereadores Executivos, constituindo um órgão colectivo que tem a seu cargo a supervisão directa das actividades desenvolvidas a nível dos serviços municipais.

Presidente:

Ricardo João Barata Pereira Alves (a)

Vereadores:

Avelino Jesus da Silva Pedroso (a)

António Gonçalves Cardoso (a)

Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa (a)

António de Oliveira Simões / Dúlio Gouveia Ferreira Pimenta (b)

Fernando Manuel Carvalho Castanheira (b)

Fernanda Adelaide dos Santos Silva (b)

(a) Partido Social Democrata

(b) Partido Socialista

2.1.2 Assembleia Municipal

Deputados Municipais Eleitos Directamente

Partido Social Democrata

Maria Manuela Dias Ferreira Leite (Presidente)
António Carvalhais Costa
Luís Filipe Soares Quaresma
Mário Pereira Gonçalves
Luís da Silva Moreira Gomes
Luís Miguel das Neves Campos Almeida
Manuel Dinis Pinheiro
António Serra Correia
Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias
Rui Martins Portugal
Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira
Érica Geraldês Castanheira
Sérgio Francisco

Partido Socialista

Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
Manuel Augusto Simões Rodrigues
Maria Armada de Paiva Ventura G. Miranda
António Jorge Martins Barata
Eugénio Tavares Fróis
Isabel Maria de Jesus Carvalho
Nuno Gonçalo da Mata Nunes
Maria Natália Nunes Nobais B. Franco Vitorino

Presidentes das Juntas de Freguesia

Partido Social Democrata

Anseriz	Paulo Jorge M. Amaral
Arganil	Fernando Alves Pereira Afonso
Barril de Alva	Rogério da Costa Leal
Benfeita	Alfredo Oliveira G. Martins
Cepos	Etelvina Nunes dos Santos
Cerdeira	Adelino António de Almeida
Piódão	José da Conceição Lopes
Pomares	Amândio Fernandes Dinis

Pombeiro da Beira
S. Martinho da Cortiça
Sarzedo
Vila Cova do Alva

M^a da Graça P. F. Lopes
Rui Miguel S. A. Franco
Fernando Ferreira Simões
Alfredo Lourenço

Partido Socialista

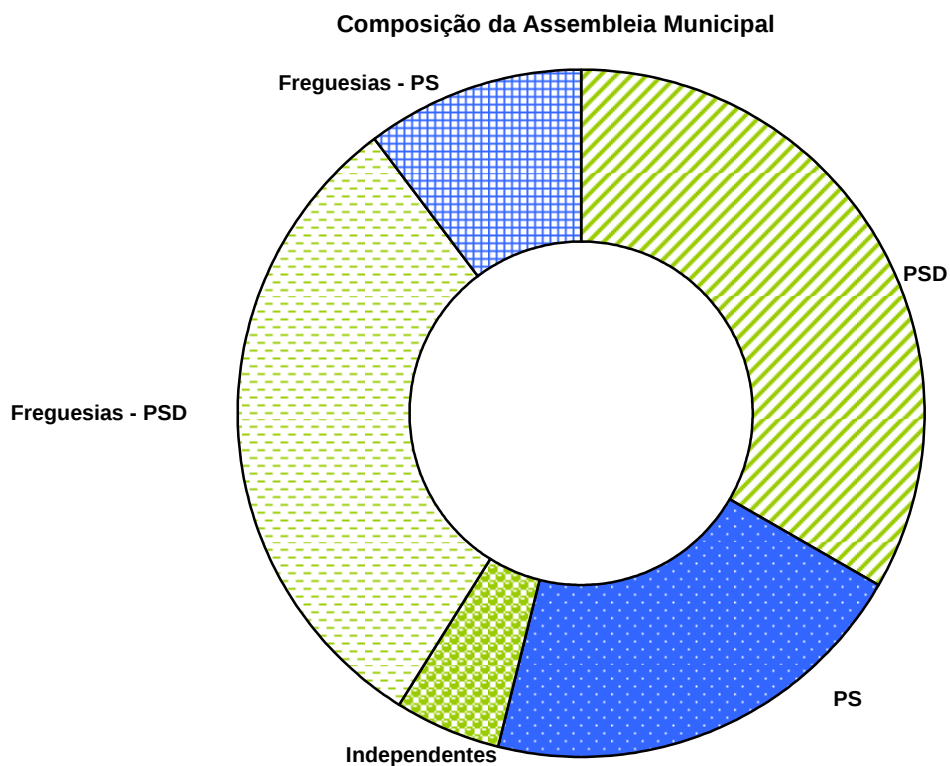
Celavisa
Folques
Secarias
Teixeira

António Dimas Folosa
Manuel Alberto S. Ribeiro
António Souto de Carvalho
José António Gomes Costa

Independentes

Coja
Moura da Serra

João Manuel R. de Oliveira
Arménio Lopes da Costa



3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

O presente Relatório de Gestão, constitui um documento de análise da evolução dos Recursos Humanos, no ano de 2008, procurando sintetizar o percurso efectuado ao longo do ano.

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil para o ano 2008 incidiu na satisfação das necessidades fundamentais relacionadas com o apoio educativo e a dotação de recursos adstritos às Freguesias, assegurando com estabilidade as outras necessidades permanentes de pessoal da Autarquia e na aposta na melhoria das competências e qualificação do pessoal para a prestação de serviços ao munícipe.

A estrutura e composição dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2008, evidenciam o anterior e as crescentes responsabilidades da Autarquia consequentes da prossecução das suas atribuições e competências:

3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2008

Ao longo dos últimos cinco anos foi registada uma diminuição do pessoal ao serviço da Autarquia.

Relativamente ao ano de 2008, verificou-se um decréscimo de 5 colaboradores no total dos recursos humanos que compõem o Município de Arganil, perfazendo 250.

Quadro Comparativo 2004/2008	2004	2005	Var.	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.
Nomeação Definitiva	193	202	9	200	-2	186	-14	185	-1
Contrato Administrativo de Provimento	3	4	1	1	-3	0	-1	0	0
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado	0	0	0	2	2	11	9	22	11
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	18	48	30	41	-7	41	0	40	-1
Requisições a Outros	2	1	-1	1	0	1	0	0	-1
Requisições para Outros	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Destacamentos	0	0	0	0	0	2	2	0	-2
Cedência Especial CMA	0	0	0	1	1	1	0	0	-1
Cedência Especial Outros	0	0	0	1	1	1	0	1	0
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	7	-4	11	4	12	1	1	-11
	227	262	35	258	-4	255	-3	250	-5

Análise de dados por Vínculo/2008:

- Colaboradores em Nomeação Definitiva = 74%;
- Colaboradores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado = 8,8%;
- Colaboradores em regime de contrato de trabalho com termo resolutivo certo = 16%;
- Colaboradores em regime de contratos de prestação de serviços = 0,4%;
- Colaboradores em regime de requisição = 0,4%;
- Colaboradores em regime de cedência especial = 0,4%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que em 2008 existiu uma diminuição significativa do número de colaboradores em regime de prestação de serviços para a Autarquia. Este facto deveu-se à entrada em vigor do novo regime de carreiras, vínculos e remunerações dos trabalhadores da administração pública, aplicável à administração local e instituído pela Lei nº12-A/2008, de 27/02.

Tendo em conta que as situações que até essa data existiam eram, na sua maioria, profissionais do ensino destinados a assegurar as atribuições do Município de Arganil na área da educação, nomeadamente a responsabilidade pelas actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, a Autarquia necessitou de recrutar colaboradores na área em regime de contrato de trabalho com termo resolutivo certo, a tempo parcial. Porém, o número dos colaboradores com este vínculo não foi acrescido, dado que foi considerado urgente resolver diversas situações de precariedade subsistentes, concretamente de colaboradores na área do apoio à acção educativa.

A resolução destas e outras situações foi efectuada através da contratação por tempo indeterminado, o que implicou a sua variação positiva mas também a relação lógica das necessidades dos serviços de carácter permanente serem asseguradas por colaboradores com relação jurídica de emprego estável e de durabilidade indeterminada.

No contexto anterior e atendendo às actividades cometidas à Autarquia na área da Educação, 47,5% dos colaboradores em regime de contrato de trabalho com termo resolutivo certo desempenham funções nesse âmbito, distribuídos pelos dois Agrupamentos de Escolas do Concelho de Arganil e 17,50% são colaboradores que exercem as suas actividades sob a supervisão das Juntas de Freguesia.

A variação negativa, entre 2007 e 2008, do número de colaboradores em nomeação definitiva, ou seja, pertencentes ao quadro de pessoal em regime de direito público do Município de Arganil, foi consequência da saída de 4 colaboradores (3 aposentações e 1 transferência) e da entrada de outros 3 (colaboradores pertencentes ao extinto gabinete de apoio técnico de Arganil).

A situação de cedência especial a outros manteve-se.

A requisição a outros Municípios deu lugar a uma requisição para outro Município.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ grupo profissional/ género - 2008

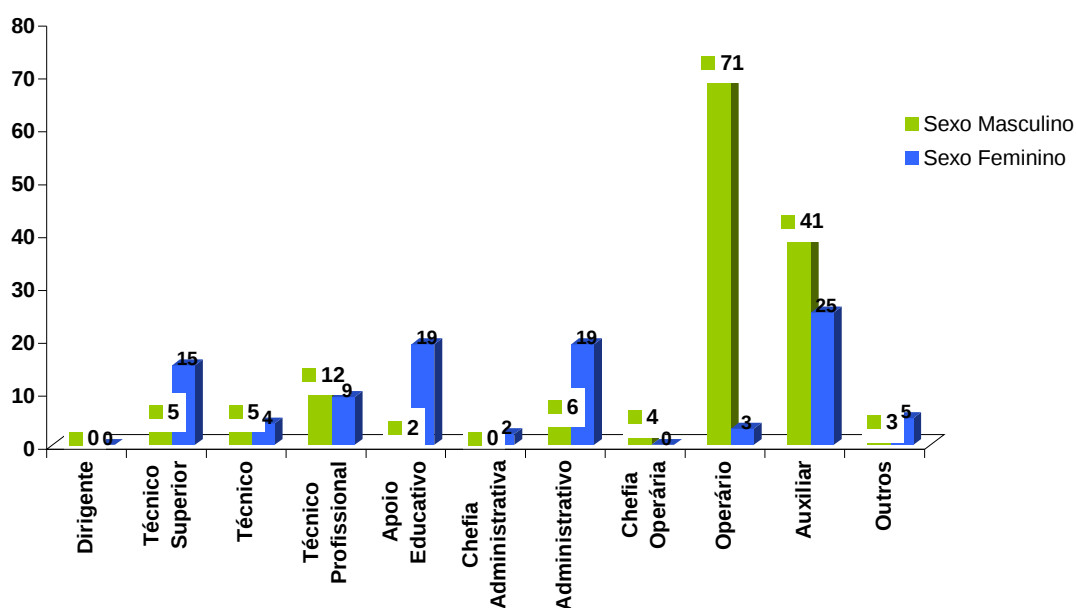
Pessoal dos quadros, em regime de direito público e em regime de direito privado (incluindo cedência especial e requisição a outras entidades)

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	5	12	17
Técnico	4	4	8
Técnico Profissional	12	9	21
Apoio Educativo	0	8	8
Chefia Administrativa	0	2	2
Administrativo	6	18	24
Chefia Operária	4	0	4
Operário	60	3	63
Auxiliar	40	22	62
Outros	0	0	0
Total	131	78	209

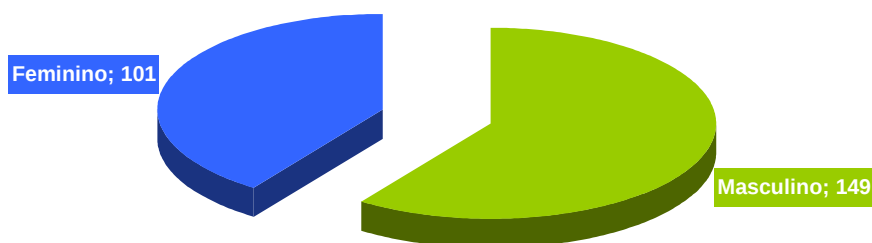
Pessoal além dos Quadros (contratos de trabalho com termo resolutivo certo e prestações de serviços)

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	3	3
Técnico	1	0	1
Técnico Profissional	0	0	0
Apoio Educativo	2	11	13
Chefia Administrativa	0	0	0
Administrativo	0	1	1
Chefia Operária	0	0	0
Operário	11	0	11
Auxiliar	1	3	4
Outros	3	5	8
Total	18	23	41

N.º de Colaboradores total do Município por género e por grupo profissional



N.º Total de Colaboradores por género



Relativamente ao género, 59,60% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 40,04% do género feminino, sublinhando-se que 76,51% dos colaboradores do género masculino pertencem aos grupos profissionais operário, auxiliar e do apoio educativo face a 46,53% dos colaboradores do género feminino pertencentes a esses mesmos grupos, o que na sua totalidade representam 64,40% dos recursos humanos da Autarquia.

Dos dados apresentados, salienta-se ainda que: 11,60% dos colaboradores pertencem aos grupos de pessoal Técnico Superior e Técnico e desses, 65,52% são mulheres, bem como 76% do grupo profissional administrativo é constituído por colaboradores do género feminino.

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 250 colaboradores do Município de Arganil, 1,2% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência - 2008

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Técnico	0	0	0
Técnico Profissional	0	0	0
Apoio Educativo	0	0	0
Chefia Administrativa	0	0	0
Administrativo	0	0	0
Chefia Operária	0	0	0
Operário	0	0	0
Auxiliar	2	1	3
Outros	0	0	0
Total	2	1	3

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade

Intervalo de Idades	Nomeação Definitiva		Contrato de Trabalho por tempo indeterminado		Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo		Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)		Requisições e Destacamentos		Cedência Especial (CMA e Outros)		Total Masculino	Total Feminino	Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
(18-25)	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	1	4	5
(26-35)	10	18	6	4	5	10	0	0	0	0	0	0	21	32	53
(36-45)	35	23	3	6	4	6	1	0	0	1	0	1	43	37	80
(46-55)	52	18	2	0	6	3	0	0	0	0	0	0	60	21	81
(56-65)	22	5	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	23	6	29
(66-70)	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Total	120	65	11	11	17	23	1	0	0	1	0	1	149	101	250

Atendendo ao quadro anterior, verifica-se que 64,4% dos colaboradores do Município de Arganil possuem entre 36 e 55 anos de idade e nesse intervalo, 63,97% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 36 anos, mais de metade dos colaboradores são do género feminino. A média etária dos colaboradores ronda os 43 anos.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo a Antiguidade Profissional (apenas aplicável a colaboradores em nomeação definitiva e cedência especial a outros)

Antiguidade na Função Pública

(Até 5)	(6-9)	(10-14)	(15-19)	(20-24)	(25-29)	(30-34)	(34-37)	(+ de 37)	Total
18	54	18	41	13	36	4	3	0	187

De acordo com as datas de admissão na função pública, ou seja, da admissão no quadro de pessoal, em regime de direito público, do Município de Arganil, verifica-se que 48,12% dos colaboradores foram admitidos nos últimos 14 anos. A tendência é para que se assista a um envelhecimento do quadro activo de colaboradores face ao aumento da idade mínima e do período mínimo de serviço para a aposentação.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias

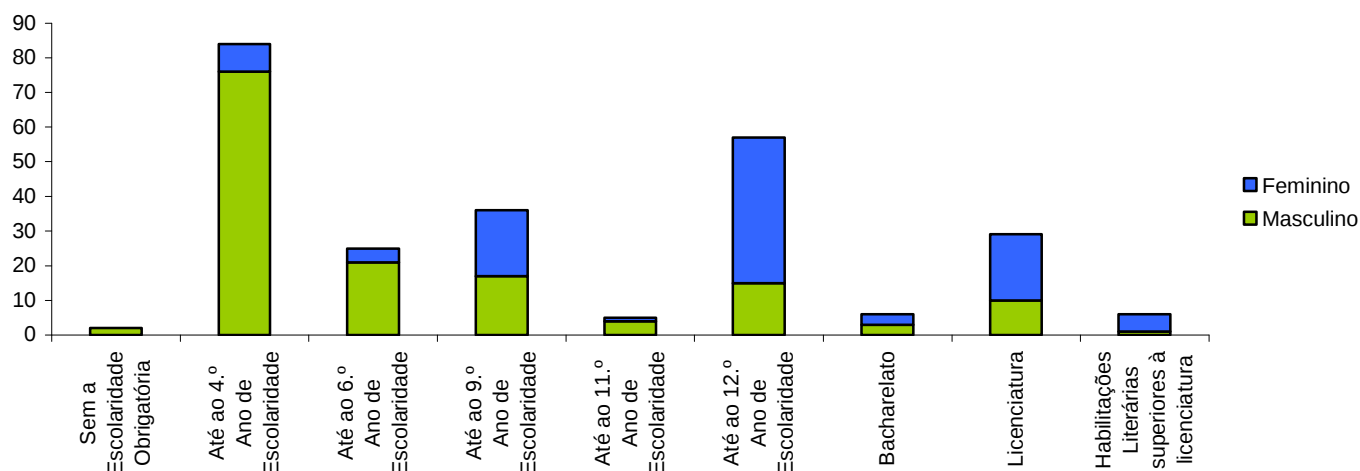
Habilitações Literárias	Nomeação Definitiva (inclui Ced. Esp.)		Contrato Trab. por tempo indeterminado		Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo		Prestações de Serviços		Requisições		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total
Sem a Escolaridade Obrigatória	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Até ao 4.º Ano de Escolaridade	65	6	3	2	8	0	0	0	0	0	76	8	84
Até ao 6.º Ano de Escolaridade	20	4	1	0	0	0	0	0	0	0	21	4	25
Até ao 9.º Ano de Escolaridade	12	11	1	2	4	6	0	0	0	0	17	19	36
Até ao 11.º Ano de Escolaridade	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	5
Até ao 12.º Ano de Escolaridade	12	28	1	6	2	8	0	0	0	0	15	42	57
Bacharelato	1	3	0	0	2	0	0	0	0	0	3	3	6
Licenciatura	3	9	5	1	1	9	1	0	0	0	10	19	29
Habilitações Literárias superiores à licenciatura	1	4	0	0	0	0	0	0	0	1	1	5	6
Total	120	66	11	11	17	23	1	0	0	1	149	101	250

Da análise dos dados do gráfico acima, verifica-se que 34% dos colaboradores, possuem apenas o 1º Ciclo, como habilitações literárias, atingindo este nível de instrução a percentagem mais elevada na população masculina, ao ascender a 51% do seu total.

O somatório das percentagens correspondentes aos colaboradores sem escolaridade obrigatória e com 1º e 2º Ciclos Completos, ultrapassa metade da totalidade dos colaboradores, representando 59%.

A percentagem de colaboradores com habilitações superiores ao 12.º ano atinge apenas o valor de 16%.

Estrutura Habitacional dos colaboradores do Município por género



Na generalidade podemos verificar que quanto maior for o grau de habilitações literárias maior é a quantidade de colaboradores do género feminino.

3.3 Absentismo

Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por Greve	8	0,22%
Falta por Actividade Sindical	19	0,52%
Falta por Casamento	74	2,01%
Falta por Maternidade	247	6,73%
Falta por Paternidade	42	1,14%
Falta por Nascimento	2	0,05%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambula com menores de 10 Anos	8	0,22%
Falta por Consultas Pré-natais	3	0,08%
Falta por adopção	150	4,08%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambulatório com Familiares	45	1,23%
Falta por Falecimento Familiar	46	1,25%
Faltas autorizadas a Contratados: cons. médicas próprio/ acompanhamento de familiares	11	0,30%
Faltas por Doença	1825	49,69%
Faltas por Doença (Internamento)	45	1,23%
Falta Assistência Familiares	41	1,12%
Faltas Assist.Familiares menores 10 Anos	48,5	1,32%
Faltas por Acidente de Serviço	383	10,43%
Faltas Consultas Médicas	77	2,10%
Faltas ao abrigo Estatuto Trabalhador Estudante	142,5	3,88%
Falta por suspensão 20/120 dias	210	5,72%
Faltas Cumprimento Obrigações Legais	4	0,11%
Faltas com Perda de Vencimento	3	0,08%
Faltas Injustificada	2	0,05%
Licença Parental	15	0,41%
Folgas pela prestação de trab. extraord. nos dias de descanso semanal	16	0,44%
Formação profissional	26,71	0,73%
Licença sem vencimento 90 dias	179	4,87%
Total	3672,71	100,00%

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2008, considerando os seguintes factores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, excepto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2008 (249) e o total de faltas registado no mesmo ano (3.672,71).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2008 situou-se nos 6.7%,sendo que em 2007 se havia fixado 7,98% e no ano de 2006 em 10,8%. Verifica-se deste modo numa diminuição gradual da taxa de absentismo nos últimos 3 anos.

Comparativamente com o ano de 2007, a diminuição resultou do menor número de faltas motivadas por doença e por falecimento de familiar.

As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2008 foram as motivadas por doença, maternidade, adopção, casamento, acidente em serviço, ao abrigo do estatuto de

trabalhador-estudante, por suspensão disciplinar, por falecimento de familiares e para consultas médicas, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

No entanto, as ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram, além das motivadas por doença e consultas médicas, as por compensação de trabalho extraordinário efectuado, por acidente em serviço e por falecimento de familiares.

As ausências para autoformação profissional são relativas a 15 colaboradores e neste âmbito foram frequentadas 23 acções de formação profissional.

3.4 Recrutamento e Selecção

Durante o ano de 2008 foram abertos os seguintes procedimentos de recrutamento e selecção:

No âmbito do quadro de pessoal em regime de direito público

Data da abertura	Origem	Natureza	Modalidade	Carreira/ Categoria	N.º de Lugares	Obs.
20-03-08	Externo	Comissão de	Dirigentes	Chefe da Divisão de Gestão Urbanística	1	Concluído

Durante o ano de 2008, realizaram-se 48 ofertas públicas de emprego, das quais 1 celebrada em regime de direito público, 11 em regime de direito privado (contrato individual de trabalho), 34 em regime de contrato a termo resolutivo e 2 celebrados em regime de prestação de serviços – avença/ tarefa.

No âmbito do quadro de pessoal em regime de direito privado:

Data da abertura	Origem	Natureza	Carreira/ Categoria	N.º de Lugares	Obs.
19-05-08	Externo	Ingresso	Técnico Superior 2.ª Classe - Engenheiro Civil	1	Concluídos
14-07-08	Externo	Ingresso	Assistente Administrativo	2	
	Externo	Ingresso	Auxiliar Serviços Gerais	1	
	Externo	Ingresso	Auxiliar Acção Educativa	4	
	Externo	Ingresso	Operário Semi-qualificado	1	
	Externo	Ingresso	Operário Qualificado	1	
	Externo	Ingresso	Cozinheiro	1	

No âmbito da contratação com termo resolutivo certo

Data da abertura	Origem	Natureza	Carreira/ Categoria	N.º de Lugares	Obs.
07-01-2008	Externo	Ingresso	Operário Semiqualeficado - Cantoneiro de Vias Municipais	1	Concluídos
13-02-2008			Técnico Superior 2.ª Classe - Engenheiro Florestal	1	
15-02-2008			Auxiliar Administrativo	1	
08-04-2008			Técnico Superior 2.ª Classe	1	
08-05-2008			Vigilantes Florestais	14	
04-07-2008			Docentes de Inglês, Música e Actividade Física e Desportiva	7	
10-07-2008			Assisnte de Acção Educativa	1	
			Cozinheiro	1	
			Técnico Profissional de 2.ª Classe - Turismo	1	
			Operário Qualificado - Pedreiro	1	
06-08-2008			Docentes de Expressões Artísticas	1	
11-09-2008			Docentes de Inglês	1	
02-10-2008			Técnico Profissional de 2.ª Classe - Turismo	1	
07-11-2008			Assistente Administrativo	1	
			Auxiliar Administrativo	1	

Aquisição Prestação de Serviços

Processo de aquisição	Função	Data do Despacho	N.º de Prestadores	Regime
Ajuste Directo	Pedreiro	01-02-2008	1	Avença
	Docente de Expressões Artísticas para as actividades de enriquecimento curricular	07-2007 e 12-11-2007	1	

3.5 Formação Profissional

A formação profissional exerce um papel determinante, enquanto factor estratégico de desenvolvimento das autarquias. A melhoria da formação prestada depende, simultaneamente, de vários factores, de entre os quais se destacam o seu planeamento, os conteúdos programáticos e a qualidade dos formadores.

Os dados seguintes referem-se a formação profissional ministrada por iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 1,83 horas de formação profissional em 2008, excluindo neste cômputo as 187 horas de autoformação profissional caracterizadas anteriormente. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções.

Área da Formação	Designação da Acção	Horas	N.º de Partic.	Entidade Formadora	Obs.
Jurídica	O novo regime da contratação pública	6	12	Município de Arganil	Dr. Marcelo Delgado
	Seminário sobre o novo regime da contratação pública	12	4	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
	O novo Código da Contratação Pública	21	17	Município de Arganil e Iberogestão	POPH
	O novo regime jurídico da urbanização e edificação	35	5	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
	Seminário sobre alterações ao regime jurídico da urbanização e edificação	7	1	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
	Alterações ao regime jurídico da urbanização e edificação	21	10	Município de Arganil e Iberogestão	POPH
	Seminário sobre alterações ao reg. jurídico dos inst. de gestão territorial	7	1	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
	Regime de vinculação, carreiras, recrutamento e remunerações	12	1	Associação dos técnicos administrativos municipais	
	O novo regime de vínculos, carreiras e remunerações da administração pública	21	1	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
	Regime jurídico de vínculos, carreiras e remunerações	14	34	Município de Arganil e Instituto de Gestão e Administração Pública	POPH
	Novo quadro legal relativo à Acessibilidade	7	2	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
	O novo regime das Taxas	7	13	Município de Arganil	Dr. Alexandre Amado e Dr. Pedro Costa
Biblioteca	Porbase	35	9	Município de Arganil e Instituto de Gestão e Administração Pública	POPH
	Quem conta um conto acrescenta um ponto	7	6	Município de Arganil	Jorge Alonso
	VI Encontro de literatura infanto-juvenil "Um carreirinho de letrinhas ao encontro da palavra"	14	2	Município de Pombal	
	Percursos de Descoberta – literatura para crianças e jovens	7	5	Mun. de Arganil e Direcção Geral do Livro	Glória Bastos
Financeira	Implementação da Contabilidade de Custos	7	4	Município de Arganil	Dr.ª Gilda Silva
Educação	VI Fórum Educação Beira Serra	3,5	2	Centro de Est. e Formação de Associação de Esc. da Beira Serra	
Acção Social	Encontro "Deve bebê-lo só quem sabe: o álcool"	3	2	Com. de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Arganil	
	Intervenção das CPCJ: Gestão da qualidade e informatização do processo de promoção e protecção	21	1	Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco	
Transportes	Formação de motoristas em transporte colectivo de crianças	35	3	Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA	
Metrologia	6º Encontro Nacional de Técnicos de Metrologia	7	1	Município de Pombal	
Informática	Sistema de Gestão de Aguas	14	10	Assoc.Informática da Região Centro	Alvaro Ferreira
	Sist. de Obras por Administ. Directa	14	5	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Controlo de Empreitadas	14	10	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Gestão de Stocks	14	7	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Gestão de Pessoal II	28	4	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Gestão ADSE	7	4	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Avaliação de Desempenho	10,5	12	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Taxas e Licenças	10,5	9	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Execuções Fiscais	14	4	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Gestão de Aguas	7	14	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
	Sistema de Processos de Obras	21	10	Assoc.Informática da Região Centro	POPH
Balcão Único	Serviço de atendimento da acção social escolar	7	7	Município de Arganil	Em contexto de trab.
Obras	Seminário Certiel 2008	6	1	Ass. Empresas de Construção de Obras Públicas e Serviços	
Total		476,5	233		

No contexto da formação profissional e fomentando a economia de tempo, a optimização de recursos e o aumento das competências dos recursos humanos, a Autarquia, através do acesso a uma plataforma de formação municipal, criou a oportunidade aos colaboradores de frequentarem os seguintes cursos profissionais:

Curso Profissional	Nº de colaboradores aprovados em todos os módulos
MS Word XP	8
MS Powerpoint XP	12
MS Excel XP	10
Espanhol, nível II	2
MS Access XP	7
Espanhol, nível I	4

3.6 Programas de Actividade Ocupacional

Com o objectivo de contribuir para a integração de trabalhadores titulares de prestações de desemprego ou em comprovada carência económica, satisfazendo também necessidades colectivas temporárias, o Município de Arganil promoveu no ano de 2008, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 31 projectos de actividade ocupacional:

Área das actividades ocupacionais	Género e Nº de		Tipo	Observações
	M	F		
Limpeza e Vias Municipais	2	2	Programas de actividade ocupacional para subsidiados	1 concluído e 3 em curso
Educação	1	8		2 concluídos e 7 em curso
Serviços Gerais	2	3		3 concluídos e 1 em curso
Transportes	1	0		Em curso
Freguesias	2	0		1 concluído e 1 em curso
Administração Directa	7	0		2 concluídos e 5 em curso
Auxiliares	0	2	Programas de actividade ocupacional para carenciados	Em curso
Limpeza e Vias Municipais	1	0		Concluído
Total	16	15	*	19 projectos em curso e 12 concluídos

3.7 Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2008, o Município de Arganil proporcionou 4 estágios profissionais, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local, financiados pela tipologia de intervenção 5.2 do Programa Operacional Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional e acolheu também 9 estágios curriculares, consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos

jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Estágios Profissionais

Área do Estágio	Duração	Nº de estagiários	Observações
Engenharia do Ambiente	12 meses	1	Concluído
Turismo		1	Concluído
Psicologia		1	Iniciado
Engenharia Civil		1	Iniciado

Estágios Curriculares

Área do Estágio	Duração	Nº de estagiários	Entidade Formadora	Observações
Medição e Orçamentação de Obra 1 (nível III)	5 meses	2	IEFP Arganil	Concluído
Engenharia do Ambiente	6 meses	1	Escola Superior Agrária de Coimbra	Concluído
Animação Cultural	1,5 mês	1	Escola Superior de Educação de Viseu	Concluído
Operador de Informática	1,5 mês	2	Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares	Concluído
Gestão e Programação de Sistemas de informação, nível III	1 mês	2	EPTOLIVA	Concluído
Práticas de Apoio Social	4,5 meses	1	Escola Secundária de Arganil	Iniciado

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2008. Neste sentido, evidenciará os seguintes aspectos:

- 1) A evolução da situação económico-financeira;
- 2) Os níveis de execução conseguidos, referenciando-os aos aspectos mais relevantes da actividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e programática, nos domínios das receitas e das despesas;
- 3) A análise da situação económica relativa ao exercício, avaliando-se, designadamente a evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido;
- 4) A situação financeira da autarquia, considerando-se os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2008.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro e no Orçamento de Estado.

Considerou-se, igualmente, o disposto no Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, no que respeita aos limites a que devem obedecer as despesas com o pessoal, designadamente ao Pessoal do Quadro – 60% das Receitas Correntes do ano transacto e ao pessoal fora do quadro – 25% dos limites estabelecidos para o pessoal do quadro.

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2008 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em 15 de Dezembro de 2007 pela Assembleia Municipal.

Em consonância com os objectivos definidos pelo Governo em matéria de controlo do deficit público, e atendendo às disposições da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, foi considerado como objectivo prioritário do exercício de 2008 a prossecução de uma política orçamental orientada para o equilíbrio das contas da Autarquia, de forma a enquadrar o endividamento municipal nos limites legalmente definidos.

Nesta perspectiva, o Orçamento de 2008 procurou manter um rigoroso controlo das despesas fixas, designadamente ao nível da despesa com pessoal, que representa uma significativa parcela da despesa municipal, e ao nível dos investimentos acentuou-se o processo de maior racionalização dos recursos disponíveis.

4.1 Análise Geral

O Orçamento Municipal para 2008 foi aprovado com um valor de 20.543.422,00€, encerrando com igual dotação, uma vez que durante o ano em análise não foi efectuada qualquer revisão ao mesmo.

No entanto e como qualquer instrumento de gestão, os documentos previsionais das autarquias são passíveis de comportar alterações ao longo do seu período de vigência, deste modo durante o ano 2008, os Serviços de Contabilidade procederam a 9 (nove) alterações, nos seguintes termos:

- 9 (nove) alterações destinadas a reforçarem dotações do Orçamento
- 8 (nove) alterações destinadas a reforçarem dotações das GOP's

Execução Orçamento de 2008							
Designação	Orçamento		Execução	Desvio		Taxa de Execução	
	Inicial (a)	Final (b)	(c)	(c) -(a)	(c) -(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
Receitas Correntes	9.305.486,00	9.305.486,00	7.585.728,55	-1.719.757,45	-1.719.757,45	81,52%	81,52%
Receitas Capital	11.227.936,00	11.227.936,00	4.399.496,74	-6.828.439,26	-6.828.439,26	39,18%	39,18%
Outras Receitas	10.000,00	10.000,00	1.186,34	-8.813,66	-8.813,66	11,86%	11,86%
Total de Receitas	20.543.422,00	20.543.422,00	11.986.411,63	-8.557.010,37	-8.557.010,37	58,35%	58,35%
Despesas Corrente	8.174.272,00	8.174.272,00	7.276.838,92	-897.433,08	-897.433,08	89,02%	89,02%
Despesas Capital	12.369.150,00	12.369.150,00	4.971.543,20	-7.397.606,80	-7.397.606,80	40,19%	40,19%
Total de Despesas	20.543.422,00	20.543.422,00	12.248.382,12	-8.295.039,88	-8.295.039,88	59,62%	59,62%

O Orçamento Inicial da Receita para 2008 foi aprovado com um valor total de 20.543.422,00€, dos quais 9.305.486,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 11.237.936,00€ respeitavam às receitas de capital estimadas.

Importa salientar que, comparativamente ao exercício de 2007, o valor do orçamento da receita aumentou 39,09%, tendo contribuído para esta evolução, o aumento de 30,69% das receitas correntes e o aumento de 46,9% registado no valor do orçamento das receitas de capital.

A Receita Liquidada, no valor de 12.425.645,12€, que inclui a receita por cobrar no início do ano (26.859,17€), originou a receita cobrada no montante de 11.986.411,63€ e, uma receita por cobrar, no valor de 365.314,06€. Desta situação, resultou uma taxa de execução da receita, relativamente ao valor orçamentado, de 58,35%.

Destacam-se quer pela sua importância, quer em termos de execução, as receitas correntes com uma taxa de 81,52%, configurando-se assim, como um fluxo monetário estável.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 20.543.422,00€, correspondendo 8.174.272,00€ às despesas correntes e 12.369.150,00€, às despesas de capital. O Orçamento da Despesa encerrou com uma dotação total final igual à inicial, dos quais foram comprometidos, 14.806.550,96€, realizados, 13.265.578,07€ e pagos, 12.248.382,12€.

A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 59,59%.

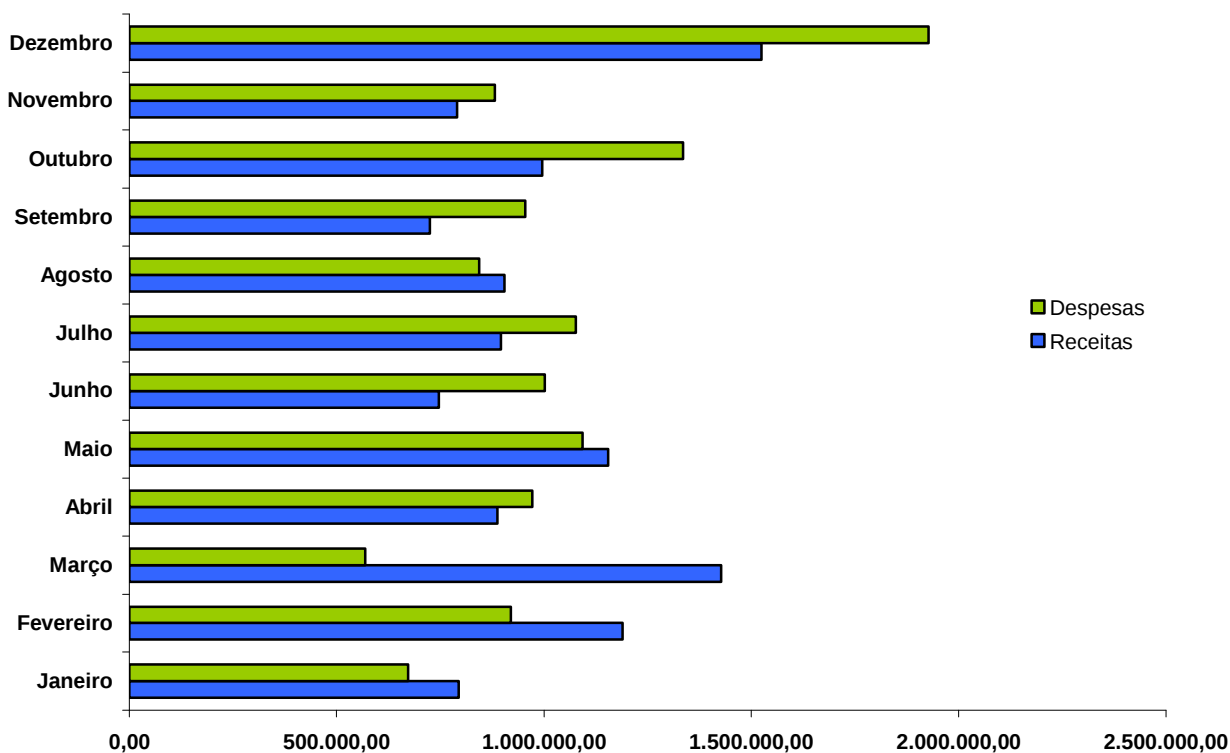
Também o orçamento inicial da despesa registou um aumento de 39,09%, relativamente ao do exercício de 2007.

Importa referir que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efectiva, uma vez que, se nos referenciarmos ao valor liquidado, a respectiva taxa seria de 60,48%. Da mesma forma, a taxa de execução da despesa respeita a obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada, traduzida no total de obrigações assumidas para com terceiros. Se assim fosse, a respectiva taxa subiria para 64,57%.

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Receitas	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	582.623,81	207.842,64	36,84	790.503,29	484.301,63	187.767,77	672.069,40
Fevereiro	479.628,66	706.906,60	86,61	1.186.621,87	602.126,71	318.226,63	920.353,34
Março	514.437,12	907.437,55	188,76	1.422.063,43	380.813,14	188.344,55	569.157,69
Abril	644.334,38	235.512,64		879.847,02	667.594,20	303.952,23	971.546,43
Maio	927.292,97	223.585,83		1.150.878,80	542.861,30	550.150,53	1.093.011,83
Junho	537.105,45	199.200,56		736.306,01	725.817,88	276.230,74	1.002.048,62
Julho	696.197,83	200.351,72		896.549,55	629.641,49	447.850,30	1.077.491,79
Agosto	649.918,38	254.231,32	141,44	904.291,14	505.470,13	338.598,31	844.068,44
Setembro	522.342,33	200.463,37	654,04	723.459,74	666.479,36	287.983,02	954.462,38
Outubro	754.711,42	234.333,39		989.044,81	545.192,47	789.918,58	1.335.111,05
Novembro	526.521,02	261.326,90		787.847,92	657.245,24	224.310,53	881.555,77
Dezembro	750.615,18	768.304,22	78,65	1.518.998,05	869.295,37	1.058.210,01	1.927.505,38
Total	7.585.728,55	4.399.496,74	1.186,34	11.986.411,63	7.276.838,92	4.971.543,20	12.248.382,12

Evolução da Receita/ Despesa -2008



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que os valores da receita e da despesa paga, foram bastante próximos.

4.2 Receita

Utilizando a metodologia da agregação das componentes da receita, segundo a origem:

- Receitas estruturais – indicam o grau de autonomia da Autarquia face a recursos alheios, reflectindo também o dinamismo e a situação económica interna.
- Receitas Extraordinárias – traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo, que contribuem para fazer face a despesas de capital.

As receitas estruturais pela sua natureza representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da Autarquia.

Do quadro anterior verifica-se que estas têm vindo a aumentar de 2005 para cá. No ano de 2008 o aumento foi menor do que o verificado nos anos anteriores, fruto do decréscimo das receitas provenientes dos impostos indirectos, mas também a venda de bens e serviços e outras receitas correntes.

A sua componente de maior peso são as transferências do orçamento de estado, seguida dos impostos directos.

As receitas extraordinárias têm como principal aplicação financiar o investimento autárquico, revestem um carácter não permanente e maioritariamente são constituídas por meios de financiamento externos.

No ano de 2008 registou-se uma recuperação de dívidas do QCA III motivo pelo qual, estas tiveram um crescimento significativo. Este aumento resultou também da transferência recebida da Enernova, no montante de 650.000,00€.

Relativamente à estrutura da receita continua a verificar-se a dependência da Autarquia das transferências do Orçamento do Estado, que representam 52,16% das receitas totais.

Evolução Receitas 2004-2008

Rúbricas da Receita	2004	% na Rec. Total	2005	% na Rec. Total	Var. %	2006	% na Rec. Total	Var. %	2007	% na Rec. Total	Var. %	2008	% na Rec. Total	Var. %
I - Receitas Estruturais														
Impostos Directos	1.034.813,68	11,06%	855.949,29	8,12%	-17,28%	1.069.089,04	6,81%	24,90%	1.202.243,87	11,74%	12,45%	1.366.964,77	11,40%	13,70%
Impostos Indirectos, Taxas e Multas	253.897,21	2,71%	255.278,54	2,42%	0,54%	294.267,73	1,87%	15,27%	345.510,55	3,37%	17,41%	271.202,48	2,26%	-21,51%
Rendimentos de Propriedade	418.091,15	4,47%	529.391,62	5,02%	26,62%	631.209,00	4,02%	19,23%	657.644,09	6,42%	4,19%	605.936,09	5,06%	-7,86%
Venda de Bens, Serviços e Outros	1.154.515,56	12,34%	1.145.300,83	10,87%	-0,80%	1.155.290,03	7,36%	0,87%	1.566.502,60	15,29%	35,59%	1.423.352,21	11,87%	-9,14%
Transferências do Orçamento do Es	5.862.643,00	62,69%	5.979.887,00	56,74%	2,00%	5.979.887,00	38,08%	0,00%	5.979.887,00	58,37%	0,00%	6.278.881,00	52,38%	5,00%
Total das Receitas Estruturais	8.723.960,60	93,28%	8.765.807,28	83,17%	0,48%	9.129.742,80	58,14%	4,15%	9.751.788,11	95,19%	6,81%	9.946.336,55	82,98%	2,00%
II - Receitas Extraordinárias														
Venda de Bens de Investimento	5.993,50	0,06%	94.452,48	0,90%	1475,92%	0,00	0,00%	-100,00%	31.750,00	0,31%	#DIV/0!	72.430,71	0,60%	128,13%
Fundos Comunitários e Contratos- F	515.590,07	5,51%	1.129.302,38	10,71%	119,03%	528.111,65	3,36%	-53,24%	368.825,18	3,60%	-30,16%	1.197.525,16	9,99%	224,69%
Empréstimos Bancários	29.044,96	0,31%	550.000,00	5,22%	1793,62%	6.000.000,00	38,21%	990,91%	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	
Transferências de capital												656.000,00		
Outras Receitas de Capital	77.585,67	0,83%	0,00	0,00%	-100,00%	46.063,71	0,29%		91.719,32	0,90%		112.932,87	0,94%	23,13%
Reposições não abatidas aos pagamentos												1.186,34		
Total das Receitas Extraordinárias	628.214,20	6,72%	1.773.754,86	16,83%	182,35%	6.574.175,36	41,86%	270,64%	492.294,50	4,81%	-92,51%	2.040.075,08	17,02%	314,40%
Receita Global	9.352.174,80	100%	10.539.562,14	100%	12,70%	15.703.918,16	100%	49,00%	10.244.082,61	100%	-34,77%	11.986.411,63	100%	17,01%

Considerando os valores apurados no Quadro “Execução da Receita 2008”, verificamos que o total das receitas registou o valor de 11.986.411,63€, desdobrado em:

- Receitas Correntes 7.585.728,55€ – 82%;
- Receitas de Capital 4.399.496,74 – 39%;
- Outras Receitas 1.186,34 – 12%.

Execução Receita 2008						
Classificação da Receita	Previsão		Execução C	Diferenças		Tx de Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
Impostos directos	978.988,00	978.988,00	1.366.964,77	437.632,35	44,70%	139,63%
Imposto Municipal sobre Imóveis	604.830,00	604.830,00	813.773,21	235.412,25	38,92%	134,55%
Imp. Único de Circulação	103.000,00	103.000,00	121.657,75	18.657,75	18,11%	118,11%
IMT	271.128,00	271.128,00	424.743,02	176.293,76	65,02%	156,66%
Impostos Abolidos - CA	10,00	10,00	4.026,39	4.524,19	45241,90%	40263,90%
Impostos Abolidos - SISA	10,00	10,00	1.995,19	1.985,19	19851,90%	19951,90%
Impostos Abolidos - IMV	10,00	10,00	769,21	759,21	7592,10%	7692,10%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	54.093,00	54.093,00	57.567,49	3.535,04	6,54%	106,42%
Taxas	226.614,00	226.614,00	183.327,85	-43.259,70	-19,09%	80,90%
Multas e Outras Penalidades	30.188,00	30.188,00	30.307,14	129,55	0,43%	100,39%
Rendimentos de propriedades/ Rendas	2.734.922,00	2.734.922,00	605.936,09	-2.128.985,91	-77,84%	22,16%
Transferências Correntes	4.288.286,00	4.288.286,00	4.453.163,74	164.877,74	3,84%	103,84%
Bancos e Outras Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.540.913,00	3.540.913,00	3.540.913,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	221.610,00	221.610,00	221.610,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação Fixa no IRS	155.750,00	155.750,00	155.750,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	119.502,00	119.502,00	233.736,48	114.234,48	95,59%	195,59%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	24.300,00	24.300,00	19.417,31	-4.882,69	-20,09%	79,91%
Serviços e Fundos Autónomos	207.511,00	207.511,00	260.370,49	52.859,49	25,47%	125,47%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot.						
Família Pol. Act. EFP	1.000,00	1.000,00	2.948,02	1.948,02	194,80%	294,80%
Segurança Social	17.700,00	17.700,00	18.418,44	718,44	4,06%	104,06%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	817.817,00	817.817,00	833.133,77	16.214,10	1,98%	101,87%
Outras Receitas Correntes	174.578,00	174.578,00	55.327,70	-119.250,30	-68,31%	31,69%
Total Receitas Correntes	9.305.486,00	9.305.486,00	7.585.728,55	-1.669.107,13	-17,94%	81,52%
Venda de Bens de Investimento	880.000,00	880.000,00	72.430,71	-807.569,29	-91,77%	8,23%
Transferências de Capital	10.247.936,00	10.247.936,00	4.214.133,16	-6.033.802,84	-58,88%	41,12%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	1.000.000,00	1.000.000,00	650.000,00	-350.000,00	-35,00%	65,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.360.608,00	2.360.608,00	2.360.608,00	0,00	0,00%	100,00%
Cooperação Técnica e Financeira	300.000,00	300.000,00	0,00	-300.000,00	-100,00%	0,00%
FEDER	6.398.203,00	6.398.203,00	1.197.525,16	-5.200.677,84	-81,28%	18,72%
Administração Local	56.625,00	56.625,00	6.000,00	-50.625,00	-89,40%	10,60%
Instituições sem fins lucrativos	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%	0,00%
Famílias	82.500,00	82.500,00	0,00	-82.500,00	-100,00%	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
Empresários contrariados a médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Outras Receitas de Capital	100.000,00	100.000,00	112.932,87	12.932,87		112,93%
Total Receitas de Capital	11.227.936,00	11.227.936,00	4.399.496,74	-6.828.439,26	-60,82%	39,18%
Reposições não Abat. aos Pag.	10.000,00	10.000,00	1.186,34	-8.813,66	-88,14%	11,86%
Total das Receitas	20.543.422,00	20.543.422,00	11.986.411,63	-8.506.360,05	-41,41%	58,35%

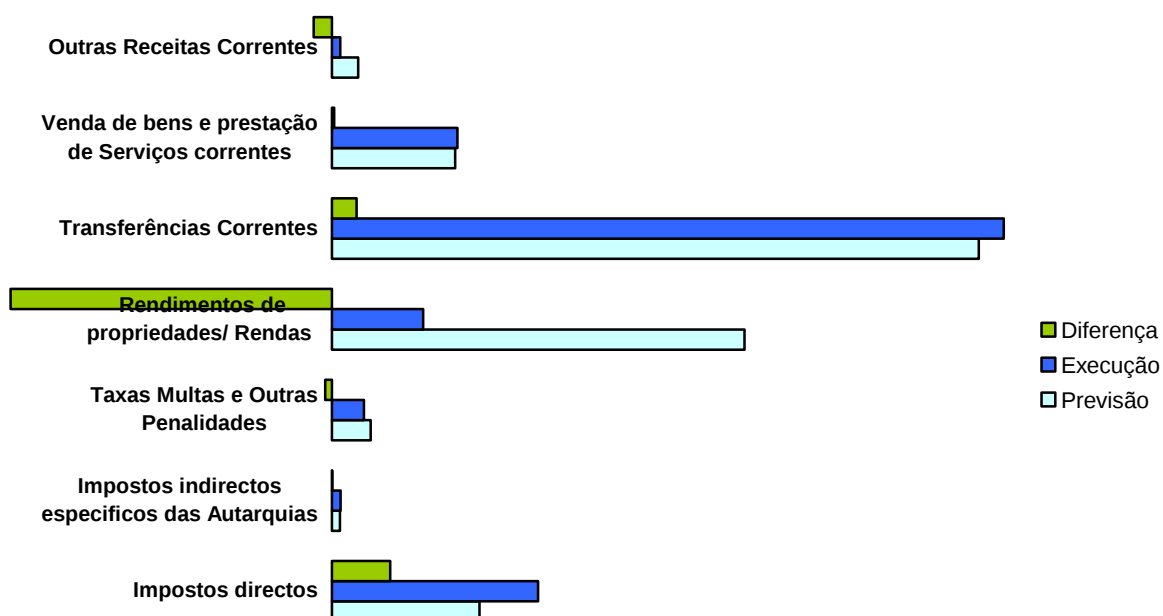
Da análise do quadro podemos observar a taxa de execução da receita, isto é, o realizado por comparação com o previsto.

Como já foi referido anteriormente, em termos globais, foi possível atingir um grau de execução da receita que se cifrou nos 58%, com a taxa de execução das receitas correntes bastante superior à taxa de execução das receitas de capital.

Verifica-se ainda que foram previstos mais 1.669.107,13€ e 6.828.439,26€ de receitas correntes e de capital respectivamente, situação que contribuiu para as taxas de execução destas receitas serem inferiores a 100%

Os gráficos seguintes demonstram a variação entre os valores previstos e os executados:

Receitas Correntes Diferença entre Previsão e Execução



	Impostos directos	Impostos indirectos específicos das	Taxas Multas e Outras Penalidades	Rendimentos de propriedades/ Rendas	Transferências Correntes	Venda de bens e prestação de Serviços	Outras Receitas Correntes
Diferença	387.976,77	3.474,49	-43.167,01	-2.128.985,91	164.877,74	15.316,77	-119.250,30
Execução	1.366.964,77	57.567,49	213.634,99	605.936,09	4.453.163,74	833.133,77	55.327,70
Previsão	978.988,00	54.093,00	256.802,00	2.734.922,00	4.288.286,00	817.817,00	174.578,00

Receitas de Capital - Diferença entre previsão e execução

Outras Receitas de Capital

Passivos Financeiros

Transferências de Capital

■ Diferença
■ Execução
■ Previsão

	Transferências de Capital	Passivos Financeiros	Outras Receitas de Capital
■ Diferença	-6.033.802,84	0,00	12.932,87
■ Execução	4.214.133,16	0,00	112.932,87
■ Previsão	10.247.936,00	0,00	100.000,00

Dos gráficos anteriores pode verificar-se que as rubricas que verificaram um valor liquidado bruto inferior ao previsto foram; taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade/ rendas e outras receitas correntes.

No que respeita às receitas de capital o valor das transferências de capital registaram uma diferença significativa, resultado de participações esperadas e não recebidas.

Receita Corrente

A receita corrente tem registado nos últimos 5 anos uma taxa de execução relativamente constante, excepto no ano de 2007, que atingiu um valor superior a 100%

Evolução das taxas de execução das Receitas Correntes

	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas correntes	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%

Da análise dos valores do quadro abaixo, verifica-se que nos últimos cinco anos, as rubricas com maior importância, na receita corrente, são as transferências correntes, os impostos directos e a Venda de bens e Prestação de Serviços.

Cerca de 1.366.964,77€ (representam 11,4% da receita total) tiveram a sua origem em impostos directos nomeadamente na tributação dos rendimentos de capital, da propriedade imobiliária (rústica e urbana) e pela posse ou utilização de determinados bens.

O Município arrecadou nesta rubrica 1.366.964,77€, representando um crescimento face ao ano de 2007 de 13,70%.

Nas rubricas: Impostos Indirectos, Taxas, Multas e outras Penalidades, estão incluídos os rendimentos associados a serviços prestados de secretaria, loteamento e obras. Estas receitas sofreram um decréscimo em 2008.

Relativamente á receita relativa aos rendimentos de propriedade, que incluem as rendas provenientes da EDP e dos Parques Eólicos, quebrou a tendência dos anos anteriores, tendo mesmo registado uma taxa de crescimento negativa de 7,86%.

As transferências provenientes do Orçamento de Estado verificaram um crescimento de 4,87%, que ficaram muito aquém do necessário para financiar as despesas decorrentes das novas atribuições no âmbito da educação.

No que respeita ao crescimento das transferências correntes, este é fruto de transferências provenientes por um lado da Direcção Regional da Educação e por outro do Instituto de Mobilidade dos Transportes Terrestres.

A venda de bens e prestação de serviços verificaram também um aumento, ao contrário das outras receitas correntes que registaram um decréscimo.

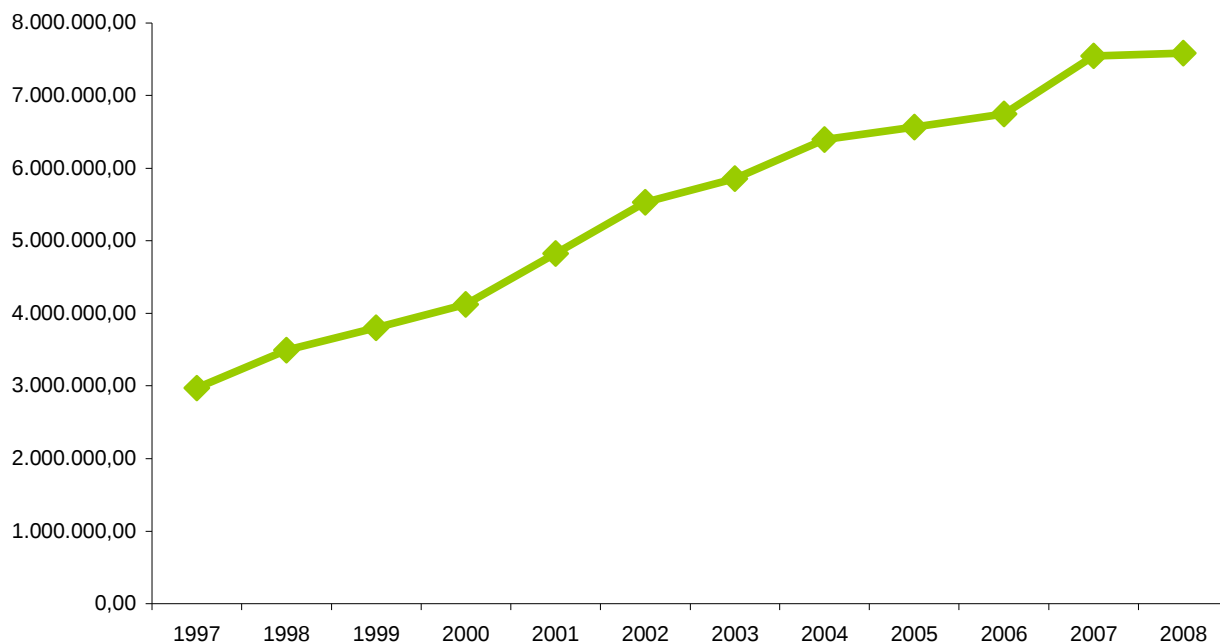
No global a receita corrente tem verificado uma tendência de crescimento, menor do ano de 2007 para 2008.

Evolução das receitas Correntes

Classificação da Receita	Executado em 2004	Executado em 2005	Var%	Executado em 2006	Var%	Executado em 2007	Var%	Executado em 2008	Var%
Impostos directos	1.034.813,68	855.949,29	-17,28%	1.069.089,04	24,90%	1.202.243,87	12,45%	1.366.964,77	13,70%
Imposto Municipal sobre Imóveis	707.233,15	455.679,61	-35,57%	651.271,12	42,92%	717.702,54	10,20%	813.773,21	13,39%
Imp. Municipal sobre veículos	86.442,03	87.659,55	1,41%	108.570,11	23,85%	116.437,48	7,25%	121.657,75	4,48%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	241.138,50	208.812,52	-13,41%	236.704,17	13,36%	332.636,77	40,53%	424.743,02	27,69%
Impostos Abolidos - CA		55.276,73		72.543,64	31,24%	23.657,01	-67,39%	4.026,39	-82,98%
Impostos Abolidos - SISA		48.520,88		0,00	-100,00%	11.810,07		1.995,19	-83,11%
Impostos Abolidos - IMV								769,21	
Impostos indirectos específicos das Autarquias	17.210,83	16.191,97	-5,92%	48.299,78	198,29%	85.799,45	77,64%	57.567,49	-32,90%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	236.686,38	239.086,57	1,01%	245.967,95	2,88%	259.711,10	5,59%	213.634,99	-17,74%
Rendimentos de propriedades/ Rendas	418.091,15	529.391,62	26,62%	631.209,00	19,23%	657.644,09	4,19%	605.936,09	-7,86%
Transferências Correntes	3.836.112,45	4.055.954,64	5,73%	3.893.449,65	-4,01%	4.255.303,63	9,29%	4.453.163,74	4,65%
Transferências Orçamento do Estado	3.517.580,00	3.721.695,00	5,80%	3.587.933,00	-3,59%	3.736.288,00	4,13%	3.918.273,00	4,87%
Outras	318.532,45	334.259,64	4,94%	305.516,65	-8,60%	519.015,63	69,88%	534.890,74	3,06%
Venda de bens e Prestação de Serviços correntes	761.253,31	693.295,30	-8,93%	784.560,34	13,16%	803.351,91	2,40%	833.133,77	3,71%
Outras Receitas Correntes	74.729,80	117.745,89	57,56%	65.213,04	-44,62%	244.135,06	274,37%	55.327,70	-77,34%
Total Receitas Correntes	6.378.897,60	6.507.615,28	2,02%	6.737.788,80	3,54%	7.508.189,11	11,43%	7.585.728,55	1,03%

Vejamos agora, graficamente, a tendência da receita corrente verificada no período de 1997 a 2008.

Evolução das Receitas Correntes



É possível verificar no gráfico supra que a receita corrente em 2008 pouco cresceu relativamente a 2007.

Receita de Capital

Da análise do quadro seguinte constatamos que no global as receitas capital sofreram um crescimento relativamente a 2007 na ordem dos 60%.

Para tal situação contribuíram por um lado as transferências provenientes de candidaturas aprovadas no âmbito do FEDER, nomeadamente as respeitantes à Ligação Gândara - Sobreiral - Maladão - Covais - Urgueira - EN 17, Reabilitação e Ampliação das Redes de Drenagem de Água e Abastecimento de água em Baixa na Vila de Arganil e centro escolar de S. Martinho da Cortiça e por outro a transferência proveniente da Enernova, no âmbito do acordo de atribuição do donativo celebrado com esta empresa.

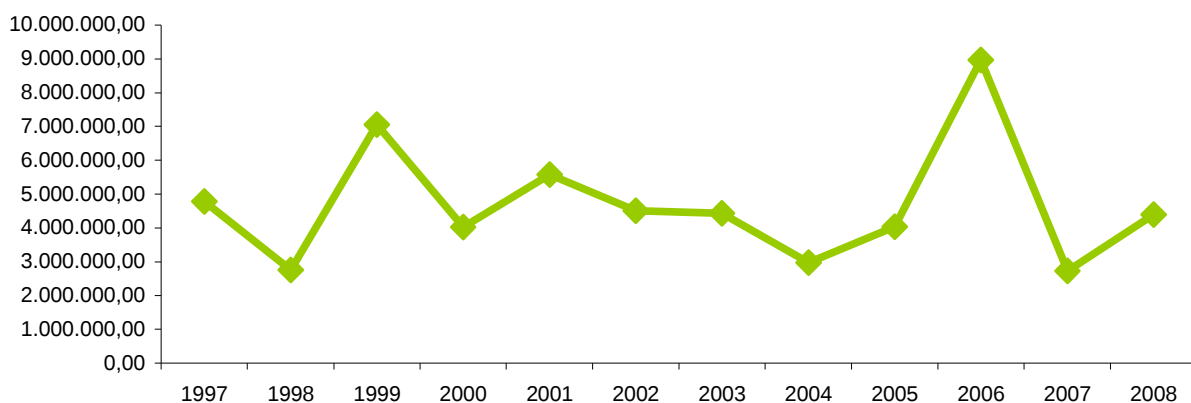
Evolução das Receitas de Capital

Classificação da Receita	Executado em 2004	Executado em 2005	Var%	Executado em 2006	Var%	Executado em 2007	Var%	Executado em 2008	Var%
Vendas de Bens de Investimento	5.993,50	94.452,48	1475,92%	0,00	-100,00%	31.750,00	0,00%	72.430,71	128,13%
Transferências de Capital	2.860.653,07	3.387.494,38	18,42%	2.920.065,65	-13,80%	2.612.424,18	-10,54%	4.214.133,16	61,31%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras						0,00		650.000,00	
Transferências Orçamento do Estado	2.345.063,00	2.258.192,00	-3,70%	2.391.954,00	5,92%	2.243.599,00	-6,20%	2.360.608,00	5,22%
Cooperação Técnica e Financeira	44.613,76	135.913,33	204,64%	28.506,91	-79,03%	19.858,60	-30,34%	0,00	-100,00%
FEDER	470.976,31	976.146,31	107,26%	487.644,91	-50,04%	316.466,58	-35,10%	1.197.525,16	278,40%
Administração Local						0,00		6.000,00	
Instituições sem fins lucrativos						0,00		0,00	
Famílias	0,00	17.242,74		11.959,83	-30,64%	32.500,00	171,74%	0,00	-100,00%
Passivos Financeiros	29.044,96	550.000,00	1793,62%	6.000.000,00	990,91%	0,00	-100,00%	0,00	
Outras Receitas de Capital	77.585,67	0,00	-100,00%	46.063,71	0,00%	91.719,32	100,00%	112.932,87	23,13%
Total Receitas de Capital	2.973.277,20	4.031.946,86	35,61%	8.966.129,36	122,38%	2.735.893,50	-69,49%	4.399.496,74	60,81%

Ao contrário das receitas correntes, que apresentam um crescimento constante, as receitas de capital, registam significativas alterações de comportamento, como é possível verificar no gráfico abaixo.

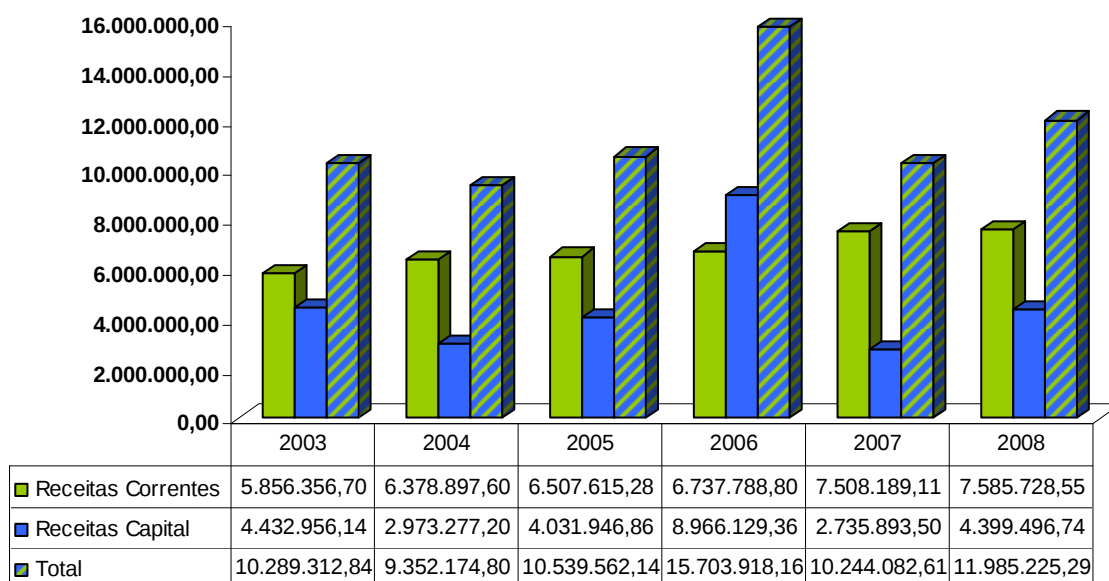
No ano de 2008 as receitas de capital sofreram um acréscimo relativamente a 2007, sendo que na maioria das rubricas verificou-se um crescimento, relativamente a 2007.

Evolução das Receitas de Capital



Resumo da Evolução das Receitas

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Var%
Receitas Correntes	5.856.356,70	6.378.897,60	6.507.615,28	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	1,03%
Receitas Capital	4.432.956,14	2.973.277,20	4.031.946,86	8.966.129,36	2.735.893,50	4.399.496,74	60,81%
Total	10.289.312,84	9.352.174,80	10.539.562,14	15.703.918,16	10.244.082,61	11.985.225,29	17,00%



4.3 Despesa

A despesa total observa uma execução de 59,62%, em que a execução da despesa corrente se situa nos 89,02% e a de capital nos 40,19%.

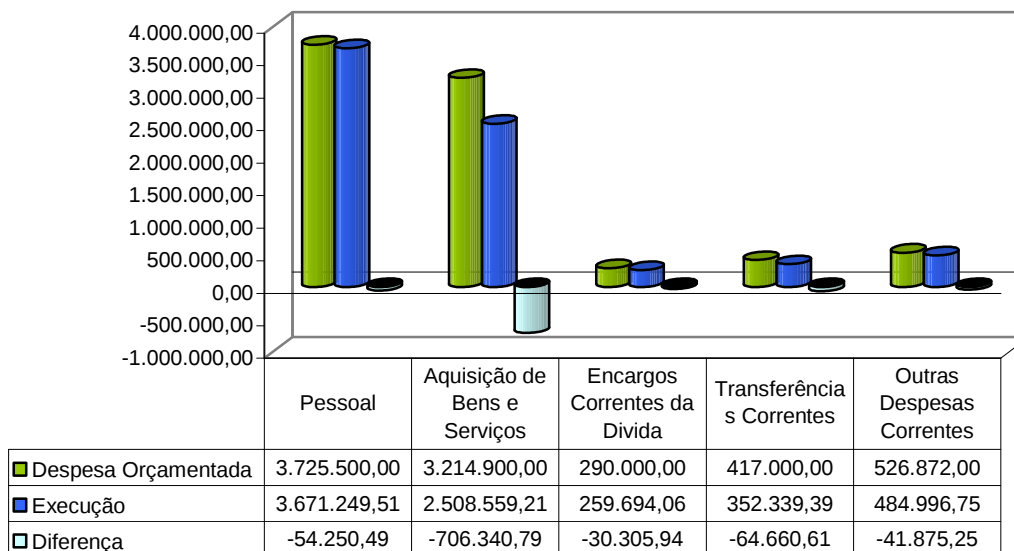
Comparativamente ao ano de 2007 a percentagem de execução da despesa foi menor da verificada nesse ano que se cifrou em 72,23%.

Execução da despesa

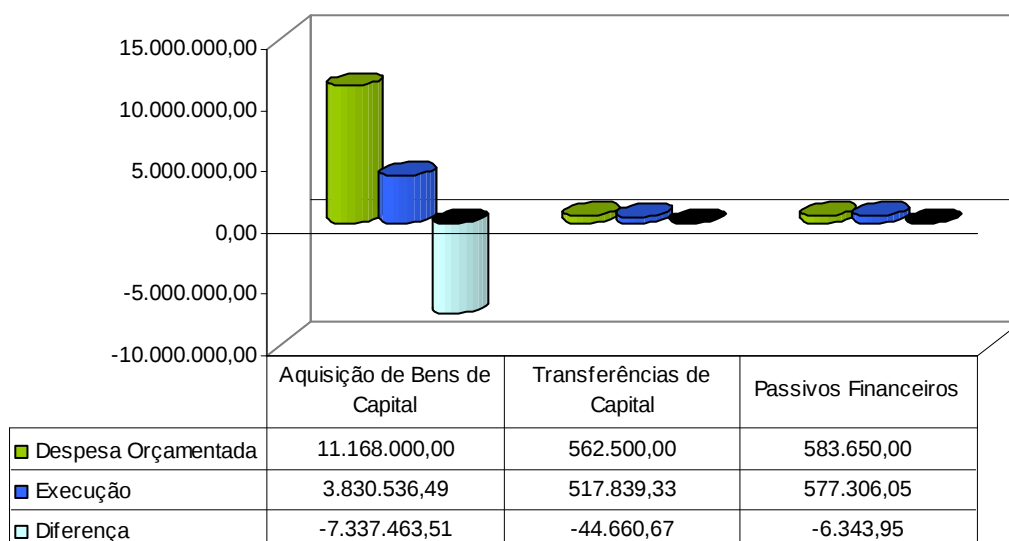
Classificação da Despesa	Previsão		Execução C	Diferenças		Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
Despesas Correntes						
Pessoal	4.145.500,00	3.725.500,00	3.671.249,51	-54.250,49	-1,46%	98,54%
Aquisição de Bens e Serviços	2.819.200,00	3.214.900,00	2.508.559,21	-706.340,79	-21,97%	78,03%
Encargos Correntes da Dívida	325.500,00	290.000,00	259.694,06	-30.305,94	-10,45%	89,55%
Transferências Correntes	350.000,00	417.000,00	352.339,39	-64.660,61	-15,51%	84,49%
Outras Despesas Correntes	534.072,00	526.872,00	484.996,75	-41.875,25	-7,95%	92,05%
Total Despesas Correntes	8.174.272,00	8.174.272,00	7.276.838,92	-897.433,08	-10,98%	89,02%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	11.266.000,00	11.168.000,00	3.830.536,49	-7.337.463,51	-65,70%	34,30%
Transferências de Capital	464.500,00	562.500,00	517.839,33	-44.660,67	-7,94%	92,06%
Passivos Financeiros	583.650,00	583.650,00	577.306,05	-6.343,95	-1,09%	98,91%
Outras Despesas da Capital	55.000,00	55.000,00	45.861,33	-9.138,67	-16,62%	83,38%
Total Despesas de Capital	12.369.150,00	12.369.150,00	4.971.543,20	-7.397.606,80	-59,81%	40,19%
Total das Despesas	20.543.422,00	20.543.422,00	12.248.382,12	-8.295.039,88	-40,38%	59,62%

Graficamente pode ver-se de seguida a diferença entre as despesas previstas e as executadas:

Despesas Correntes 2008 - Diferenças entre a Previsão e a Execução



Despesas de Capital 2008 - Diferenças entre a Previsão e a Execução



Verifica-se sobretudo ao nível da despesa de capital, e nesta relativa à Aquisição de Bens de Capital, um grande desvio entre o valor previsto e o valor executado.

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projectos nomeadamente: Requalificação da Antiga Cerâmica e Espaço Envolvente, Centro Educativo de Coja, a Requalificação do Sub-Paço, a Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias no Piódão e beneficiações de algumas Redes Viárias, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

Estrutura e Evolução das Despesas

Despesa Corrente Paga

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa

Da análise dos valores registados nos Quadros – “Evolução das Despesas Correntes” e “Estrutura da Despesa Paga”, verifica-se que, por analogia com os anos anteriores, a rubrica Pessoal é a de maior significado em termos das despesas correntes, representando 50,45% destas, e 29,97% das despesas totais.

Verifica-se, também, que em 2008 as despesas com pessoal sofreram um acréscimo de 2,8%, relativamente a 2007 consequência dos aumentos salariais do ano, que foram actualizados em 2,1% e que se repercutiram em toda a massa salarial.

Paralelamente a esta situação, o município teve, ainda, que suportar os pagamentos mensais à ADSE. Relativamente a esta matéria é de referir que são as autarquias que suportam, de facto,

todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE funciona apenas como um intermediário com os estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

A outra componente corrente que, pelo seu valor, se destaca é a Aquisição de Bens e Serviços, representando 34,47% das despesas correntes e 20,48% das despesas totais, cujo valor ultrapassou os 2,5 milhões de euro.

Esta rubrica da despesa verificou um aumento de 7,02% relativamente a 2007.

Desta importância destacam-se, os encargos com combustíveis, comunicações, encargos de instalações (montantes pagos à EDP), transportes (nos quais estão incluídos os transportes escolares), outros serviços (encargos com fotocopiadoras, protocolos de prestação de serviços no âmbito das actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, análises de água, tarifa paga às Águas do Mondego entre outras).

Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, que engloba não só a aquisição de géneros para confeccionar, mas também o pagamento a várias entidades de refeições confeccionadas.

O valor total dos encargos pagos relativos à educação pré-escolar e 1.º ciclo cifrou-se no ano de 2008 em 705.347,00€ (excepto os pagamentos ao pessoal afecto a estas áreas: auxiliares de acção educativa, motoristas de transportes escolares, professores afectos ao enriquecimento curricular entre outros).

O crescimento percentual de 4,31%, registado nos encargos correntes da dívida, foi provocado pelo aumento das taxas de juros, e pelo pagamento de alguns juros de mora.

As Transferências Correntes correspondem a 4,84% da despesa corrente e 2,88% da despesa total, ascendendo ao montante de 352.339,39€. Os valores relevados na rubrica de Transferências Correntes respeitam às transferências efectuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

O mapa das transferências correntes anexo identifica as entidades beneficiárias destas transferências.

Neste capítulo, é relevante a despesa relacionada com o pessoal afecto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

Freguesia	N.º Funcionários	Valor
Anseriz	1	7.336,96
Arganil	2	15.834,29
Barril de Alva	1	10.510,60
Benfeita	3	23.774,26
Celavisa	2	15.420,04
Cepos	2	21.393,51
Cerdeira	1	8.222,21
Coja	2	19.180,55
Folques	2	14.544,48
Moura da Serra	2	17.028,07
Piódão	3	30.694,01
Pomares	3	23.657,80
Pombeiro Beira	3	26.646,04
Secarias	1	7.038,37
Sarzedo	1	6.081,57
S.Mart.Cortiça	2	14.628,87
Teixeira	2	14.808,78
Vila Cova Alva	1	8.959,49
Total	34	285.759,90

Refere-se ainda que para as Freguesias de S. Martinho da Cortiça e Coja foi transferido o montante correspondente ao custo de um funcionário.

A rubrica “Outras Despesas Correntes” que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont’Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou também um crescimento de 27,79%, sendo o crescimento em termos de valor apenas de cerca de 105 mil euros.

Na sua globalidade as despesas correntes pagas verificaram um crescimento 5,81% em 2008, contrariando a tendência do ano anterior que tinham verificado um crescimento negativo de - 0,97%.

Despesa de Capital Pagas

Da observação do Quadro Evolução das Despesas da Capital Pagas, verifica-se que a despesa de capital paga registou um acréscimo, em termos homólogos, de 31,14%.

A concretização física e financeira de determinadas obras nomeadamente: Centro Empresarial e Tecnológico, Ligação S. Martinho da Cortiça/ Pombeiro da Beira/ Barragem das Fronhas, Ligação Mata da Margaraça/ Monte Frio, entre outras contribuiu para este valor.

Podemos verificar que a componente de maior expressão é – Aquisição de Bens de Capital, que representa 48,80%, das Despesas de Capital e 31,27% das despesas totais.

Do conjunto das despesas de investimento, as rubricas Terrenos e Edifícios e Construções Diversas são as que apresentam maior peso no total dos investimentos pagos, 31,87% e 37,67%, respectivamente.

Nas construções diversas a rubrica com maior peso é Viação Rural, onde estão incluídas as beneficiações de estradas e arruamentos do concelho.

Com a aquisição de Equipamento básico e Administrativo, foram dispendidos 203.361,42€, o equivalente a 4,09% das verbas gastas em investimento.

Nas transferências de capital verificou-se um decréscimo de 4,46% relativamente a 2007.

Nesta rubrica estão incluídos os contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 219.239,48€, discriminado no seguinte quadro:

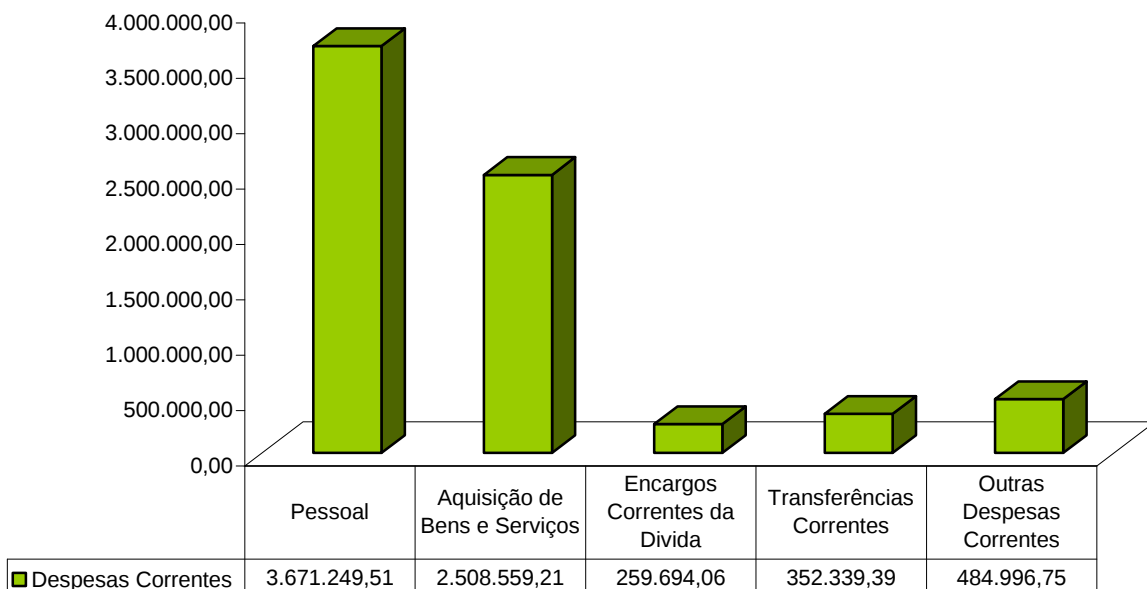
Freguesia	Obra	Valor Total	Valor Pago	Valor em dívida
Freguesia de Anseriz	Trabalhos de silvicultura preventiva	1.000,00 €	1.000,00	0,00
	Requalificação do largo do quintal da fonte, em Anseriz	9.610,00 €	9.610,00	
Freguesia de Arganil	Substituição e arranjos complementares na conduta de água da Nogueira	4.210,80 €	4.210,80	0,00
Freguesia de Barril de Alva	Trabalhos de silvicultura preventiva(AFDPCA)	1.000,00 €	1.000,00	0,00
	Requalificação da frente fluvial ribeirinha junto à Ponte de Barril de Alva	22.605,22 €	22.605,22	0,00
Freguesia da Benfeita	Trabalhos de silvicultura preventiva(AFDPCA)	2.179,35 €	2.179,35	0,00
	Requalificação da Rua Dr. Fausto Dias, em Pardieiros	5.250,00 €	5.250,00 €	0,00
	Construção de caminho pedonal da Várzea junto à ribeira	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00
Freguesia dos Cepos	Construção de miradouro e sanitários públicos em Cepos	23.394,79	23.394,79	0,00
Freguesia da Cerdeira	Trabalhos de silvicultura preventiva	1.000,00 €	1.000,00	0,00
	Arranjo de bermas e construção de valetas na estrada de acesso à Cerdeira	9.016,88	9.016,88	0,00
Freguesia de Coja	Trabalhos de silvicultura preventiva(AFDPCA)	2.056,59 €	2.056,59	0,00
	Arranjo paisagístico da zona do Vale, em Coja	11.328,00 €	11.328,00 €	0,00
	Construção de sanitários públicos no Vale	8.705,14	8.705,14	0,00
Freguesia de Folques	Beneficiação da rua principal do Alqueve	6.783,00	6.783,00	0,00
Freguesia de Pomares	Trabalhos de silvicultura preventiva(AFDPCA)	3.575,32 €	3.575,32	0,00
	Requalificação de Rua em Sorgaçosa	8.137,50 €	8.137,50	0,00
Freguesia de Moura da Serra	Trabalhos de silvicultura preventiva(AFDPCA)	1.614,15 €	1.614,15	0,00
Freguesia de Secarias	Requalificação do Largo Antonino dos Santos, nas Secarias	19.506,00 €	19.506,00	0,00
Freguesia de Vila Cova	Trabalhos de silvicultura preventiva	1.000,00 €	1.000,00	0,00
	Beneficiação da fonte dos Passarinhos em Vila Cova de Alva	13.650,00 €	13.650,00	0,00
Freguesia do Sarzedo	Trabalhos de silvicultura preventiva	1.000,00 €	1.000,00	0,00
	Arranjos exteriores do centro social e paroquial do Sarzedo - requalificação	5.680,00 €	5.680,00	0,00
	Beneficiação de arranjos exteriores no edifício sede da Comissão de melhoramentos de Casal do Sarzedo	7.977,21 €	7.977,21	0,00
Freguesia S. Martinho da Cortiça	Trabalhos de silvicultura preventiva	2.640,45 €	2.640,45	0,00
	Construção de algumas paredes e reboco do edifício junto ao cemitério de S.M. Cortiça	9.995,81 €	9.995,81	0,00
	Construção de passeios no cemitério novo de S.M. da Cortiça	19.779,14 €	19.779,14	0,00
Freguesia Pombeiro da Beira	Construção de valetas na Rua do cabeço do Barreiro, na Sarnadela	5.460,00 €	5.460,00	0,00
Freguesia do Piódão	Trabalhos de silvicultura preventiva(AFDPCA)	2.934,13 €	2.934,13	0,00
	Construção da praia fluvial de Foz d'Ègua	3.150,00 €	3.150,00	0,00
Total		219.239,48 €	219.239,48 €	0,00 €

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2007, encontram-se contabilizadas na rubrica *Passivos Financeiros*, totalizando a importância de 577.306,05€.

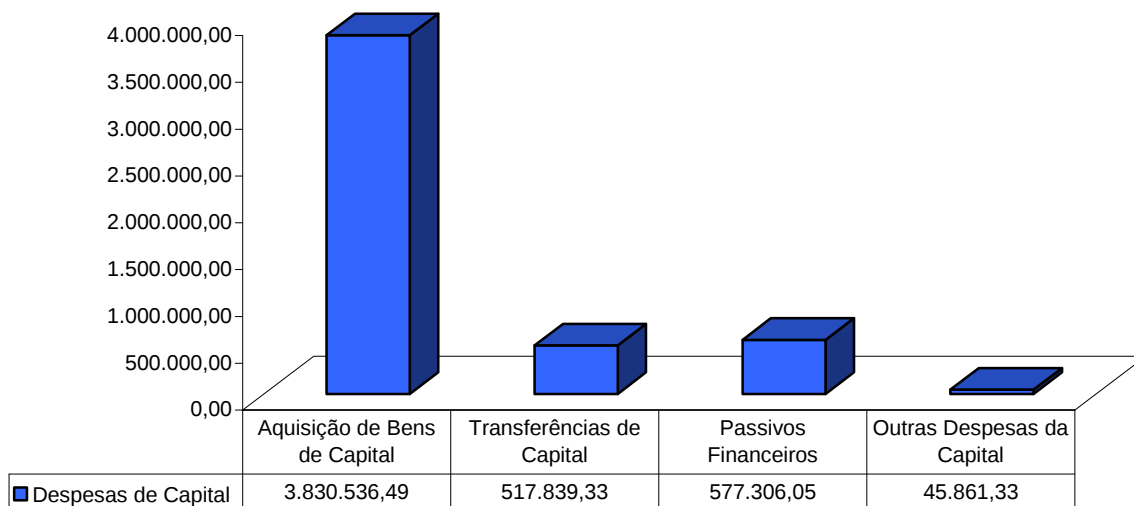
Estrutura da Despesa Paga - 2008

Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes	Total de 2008	
Pessoal	3.671.249,51	29,97%
Aquisição de Bens e Serviços	2.508.559,21	20,48%
Encargos Correntes da Dívida	259.694,06	2,12%
Transferências Correntes	352.339,39	2,88%
Outras Despesas Correntes	484.996,75	3,96%
Total Despesas Correntes	7.276.838,92	59,41%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	3.830.536,49	31,27%
Transferências de Capital	517.839,33	4,23%
Activos Financeiros	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	577.306,05	4,71%
Outras Despesas de Capital	45.861,33	0,37%
Total Despesas de Capital	4.971.543,20	40,59%
Total das Despesas	12.248.382,12	100,00%

Despesas Correntes - 2008



Despesas de Capital - 2008



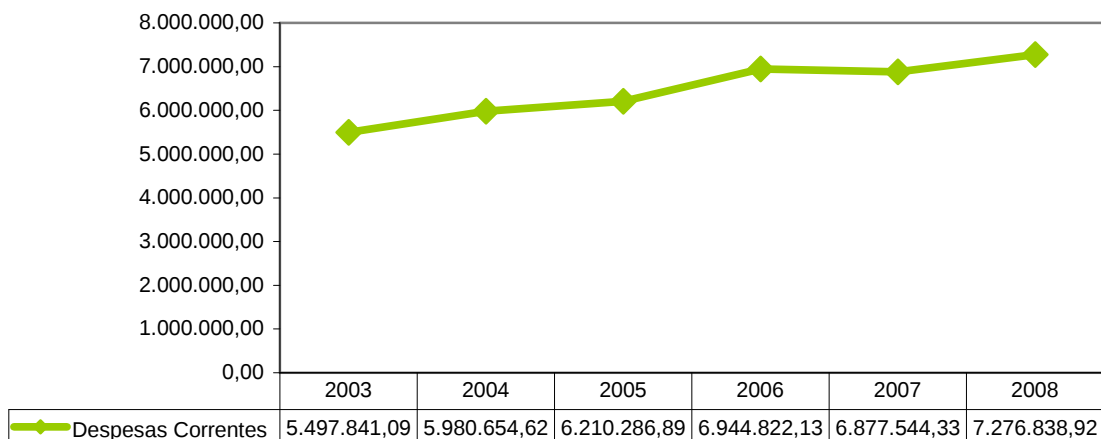
Evolução das Despesas Correntes Pagas 2004/2008

Classificação da Despesa	2004	2005	Var%	2006	Var%	2007	Var%	2008	Var%	Estrutura
Pessoal	3.267.731,87	3.495.495,26	6,97%	3.666.293,97	4,89%	3.571.172,24	-2,59%	3.671.249,51	2,80%	50,45%
Aquisição de Bens e Serviços	1.914.603,23	1.869.102,57	-2,38%	2.205.883,19	18,02%	2.343.974,15	6,26%	2.508.559,21	7,02%	34,47%
Encargos Correntes da Dívida	194.481,98	274.749,68	41,27%	237.212,55	-13,66%	248.956,25	4,95%	259.694,06	4,31%	3,57%
Transferências Correntes	307.257,97	308.280,56	0,33%	391.452,28	26,98%	333.904,71	-14,70%	352.339,39	5,52%	4,84%
Outras Despesas Correntes	296.579,57	262.658,82	-11,44%	443.980,14	69,03%	379.536,98	-14,51%	484.996,75	27,79%	6,66%
Total Despesas Correntes	5.980.654,62	6.210.286,89	3,84%	6.944.822,13	11,83%	6.877.544,33	-0,97%	7.276.838,92	5,81%	100,00%

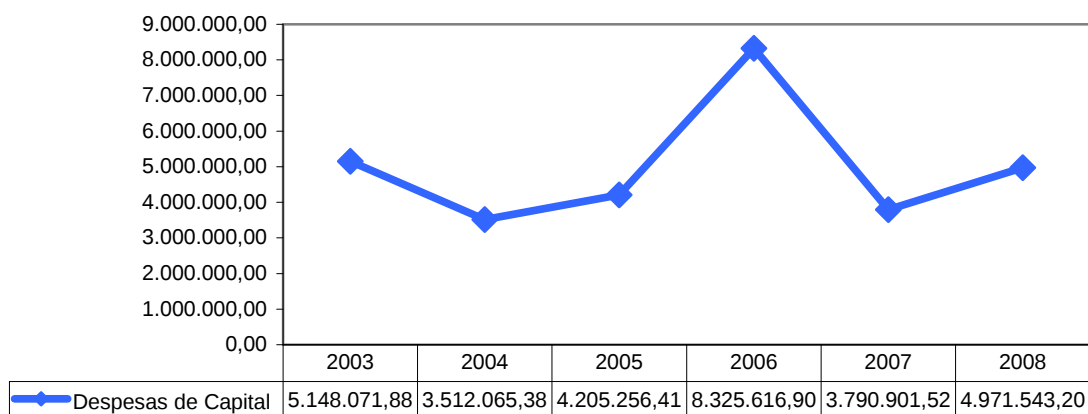
Evolução das Despesas de Capital Pagas 2004/2008

Classificação da Despesa	2004	2005	Var%	2006	Var%	2007	Var%	2008	Var%	Estrutura
Aquisição de Bens de Capital	2.681.358,23	2.961.215,59	-1,08	5.595.257,35	88,95%	2.574.290,19	-53,99%	3.830.536,49	48,80%	77,05%
Terrenos e Edifícios	336.810,02	155.233,14	-53,91%	400.682,18	158,12%	432.437,30	7,93%	1.584.364,77	266,38%	31,87%
Construções Diversas										
- Viadutos, Arruamentos e Obras Compl.										
- Sist. e Est. de Dren. e Tratamento de Águas Res.										
- Inst. Desp. e Recreativas										
- Captação e Dist. de Água										
- Viação Rural										
- Sinalização e Trânsito										
- Inf. Distrib. Energ. Eléctrica, Cemitérios e Outros	1.961.489,66	2.550.683,53	30,04%	3.797.744,82	48,89%	1.931.570,79	-49,14%	1.872.541,50	-3,06%	37,67%
Material de Transporte	32.586,41	24.913,16	-23,55%	150.612,77	504,55%	23.800,00	-84,20%	59.421,19	149,67%	1,20%
Equipamento e Software Informático	187.381,12	55.733,51	-70,26%	60.364,87	8,31%	75.492,10	25,06%	68.623,80	-9,10%	1,38%
Equipamento Básico e Administrativo	66.801,80	61.650,52	-7,71%	296.756,82	381,35%	108.122,78	-63,57%	203.361,42	88,08%	4,09%
Artigos e Objectos de valor/ Investimentos Incorpóreos				18.082,25	#DIV/0!	2.867,22	-84,14%	42.223,81	1372,64%	0,85%
Locação Financeira	96.289,22	113.001,73	17,36%	871.013,64	670,80%	0,00	-100,00%	0,00		0,00%
Transferências de Capital	127.427,70	179.079,07	40,53%	268.809,35	50,11%	612.364,34	127,81%	517.839,33	-15,44%	10,42%
Activos Financeiros	0,00	121.745,00		65.555,00	-46,15%	0,00	-100,00%	0,00		0,00%
Passivos Financeiros	703.279,45	917.966,38	30,53%	2.371.055,30	158,29%	604.246,99	-74,52%	577.306,05	-4,46%	11,61%
Outras Despesas de Capital		25.250,37		24.939,90	-1,23%	0,00	-100,00%	45.861,33		0,92%
Total Despesas de Capital	3.512.065,38	4.205.256,41	19,74%	8.325.616,90	97,98%	3.790.901,52	-54,47%	4.971.543,20	31,14%	100,00%

Evolução das Despesas Correntes Pagas



Evolução das Despesas de Capital Pagas

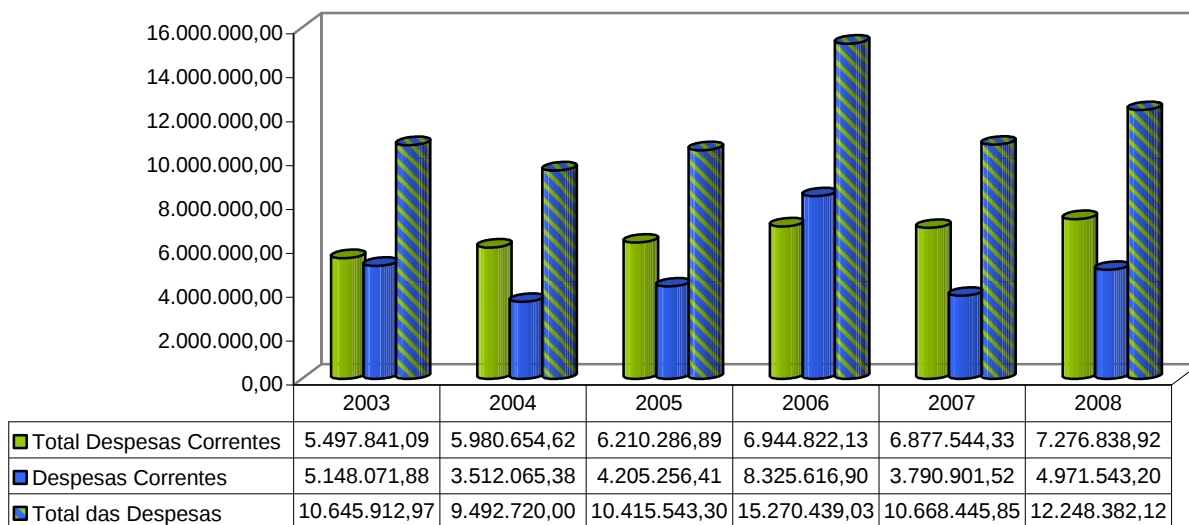


Resumo da Evolução das Despesas Correntes e de Capital

	2004	2005	Var. %	2006	Var. %	2007	Var. %	2008	Var. %
Total Despesas Correntes	5.980.654,62	6.210.286,89	3,84%	6.944.822,13	11,83%	6.877.544,33	-0,97%	7.276.838,92	5,81%
Total Despesas de Capital	3.512.065,38	4.205.256,41	19,74%	8.325.616,90	97,98%	3.790.901,52	-54,47%	4.971.543,20	31,14%
Total	9.492.720,00	10.415.543,30	9,72%	15.270.439,03	46,61%	10.668.445,85	-30,14%	12.248.382,12	14,81%

Em 2008 verifica-se um aumento das despesas totais pagas, de cerca de 15%, relativamente a 2007.

Evolução das Despesas Pagas



Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projectos:

Designação	Realizado Anos Anteriores	Realizado em 2008	Realizado Total	Pago em 2008
Centro Educativo S.Martinho da Cortiça	201.424,07	631.933,71	833.357,78	630.121,63
Centro Educativo de Coja	18.876,00	297.732,70	316.608,70	206.750,70
Transportes escolares		569.918,07	569.918,07	469.377,05
Centro Empresarial e Tecnológico	7.199,50	695.472,66	702.672,16	694.666,59
Ampliação e conservação das redes existentes - Saneamento		97.619,77	97.619,77	74.985,33
Construção, ampliação e conservação das redes existentes - Água		55.438,94	55.438,94	49.523,64
Aquisição Equipamento para Águas		77.305,74	77.305,74	68.324,94
Custos Funcionamento da ERSUC		75.648,46	75.648,46	69.225,85
Apoio a instituições recreativas desportivas e culturais		120.613,58	120.613,58	120.198,58
Aquisição Terrenos em Zonas Industriais	114.754,00	0,00	114.754,00	56.625,00
Ampliação e remodelação da rede de iluminação pública		75.258,54	75.258,54	30.299,73
Ligação Ribeira da Mata/ Coja	46.840,84	74.915,10	121.755,94	121.755,94
Beneficiação Arruamentos, Estradas e Caminhos Municipais Parte III		113.671,13	113.671,13	113.671,13
Ligação S. Martinho da Cortiça/ Pombeiro da Beira, via Barragem das Fronhas	222.065,82	97.183,33	319.249,15	36.185,42
Requalificação Rede Viária Municipal		266.377,59	266.377,59	240.839,85
Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias no Piódão		294.585,11	294.585,11	294.585,11
Ligação Mata da Margaraça/ Monte Frio		187.625,35	187.625,35	187.625,35
Ligação EN342(Cruzamento dos Vales)/ EN 344 (Portelinha)		138.216,55	138.216,55	138.216,55
Estrada Cruzamento Casal Novo/ Teixeira/ Relvas/ Cartamil		132.366,14	132.366,14	132.366,14
Ficabeira		190.696,68	190.696,68	189.996,28
Feira das Freguesias	0,00	25.527,80	25.527,80	25.527,80
Transferências para as Freguesias		481.273,63	481.273,63	481.273,63
Transferências para Outras Instituições		73.156,39	73.156,39	47.565,70
Total	611.160,23	4.772.536,97	5.383.697,20	4.479.707,94

Do quadro anterior importa referir que os projectos a sombreado, de natureza corrente, fazem parte das Actividades Mais Relevantes.

As transferências para as Freguesias e Outras Instituições são transferências de capital mas estão integradas nas Actividades Mais Relevantes.

Os projectos de natureza de capital estão incluídos do PPI (Plano Plurianual de Investimentos).

No ano de 2008 a taxa de execução das GOP's atingiu o nível global de 36,08%. As Actividades Mais Relevantes verificaram uma taxa de execução de 86,54% e o PPI 30,89%.

Das obras acima referidas destacamos o facto de, na sua maioria, se terem iniciado e concretizado na totalidade no ano de 2008 (física e financeiramente).

O Centro Educativo de Coja e a Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias no Piódão são obras que pela sua dimensão e valor não estão ainda totalmente executadas, terminando a sua conclusão no ano de 2009.

A execução global de 2008 ficou abaixo da verificada no ano de 2007 (45,75%), justificada pelo facto de se terem previsto em PPI obras, para as quais não houve concretização, nomeadamente a Requalificação do Sub-Paço e do Parque do Prado em Coja, a Requalificação da Antiga Cerâmica, o Relvado Sintético do Campo de Futebol, entre outras.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

A Lei de Orçamento de Estado para 2008 não previu qualquer limite para esse ano para as despesas com pessoal das Autarquias Locais. No entanto o n.º 5 do art. 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de actualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo, em 2008, verificou-se forte esforço de contenção de despesas com o pessoal.

No quadro seguinte podemos analisar que, as remunerações certas e permanentes representam 78,96% das despesas totais com o pessoal e que relativamente a 2007 registaram um acréscimo de 3,22%.

O aumento do valor relativo ao pessoal com contrato a termo e a diminuição do valor pago em avenças e prestação de serviços explica-se pelo facto de no ano lectivo 2008/2009, os professores do enriquecimento curricular terem celebrado contratos com termo e não as habituais prestações de serviços.

Nos abonos variáveis ou eventuais, as horas extraordinárias são as que têm um peso maior, mas verificaram uma diminuição comparativamente ao ano anterior.

O valor pago de segurança social – regime geral aumentou fruto dos novos contratos celebrados.

Despesas com Pessoal

Rem. Certas e permanentes	Total de 2005	Total de 2006	Estru. %	Var. %	Total de 2007	Estru. %	Var. %	Total de 2008	Estru. %	Var. %
Rem. órgãos autárquicos	193.746,17	143.244,46	3,91%	-26,07%	104.607,96	2,93%	-26,97%	111.589,20	3,04%	6,67%
Rem. pessoal do quadro	1.631.945,34	1.601.857,87	43,69%	-1,84%	1.592.583,52	44,60%	-0,58%	1.535.572,13	41,83%	-3,58%
Rem. pessoal reg. contrato ind. trabalho	9.137,06	705,37	0,02%	-92,28%	70.982,60	1,99%	9963,17%	158.077,86	4,31%	122,70%
Rem. pessoal contratado a termo	206.564,33	297.570,10	8,12%	44,06%	275.408,18	7,71%	-7,45%	312.007,07	8,50%	13,29%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	159.315,73	70.709,45	1,93%	-55,62%	83.754,79	2,35%	18,45%	64.692,20	1,76%	-22,76%
Pessoal aguardando aposentação	2.851,38	1.202,77	0,03%	-57,82%	545,26	0,02%	-54,67%	0,00	0,00%	-100,00%
Pessoal em qualquer outra situação	36.216,27	15.322,72	0,42%	-57,69%	4.836,00	0,14%	-68,44%	21.503,88	0,59%	344,66%
Representação	30.903,28	24.883,75	0,68%	-19,48%	23.631,97	0,66%	-5,03%	24.098,16	0,66%	1,97%
Subsídio de alimentação	219.652,90	213.152,39	5,81%	-2,96%	220.375,89	6,17%	3,39%	241.487,87	6,58%	9,58%
Subsídio de férias e de natal	332.131,74	371.140,54	10,12%	11,74%	367.271,36	10,28%	-1,04%	378.790,28	10,32%	3,14%
Rem. por doença maternidade/ paternidade	46.048,69	79.249,72	2,16%	72,10%	64.527,42	1,81%	-18,58%	51.064,63	1,39%	-20,86%
Sub-total	2.868.512,89	2.819.039,14	76,89%	-1,72%	2.808.524,95	78,64%	-0,37%	2.898.883,28	78,96%	3,22%
Abonos variáveis ou eventuais										
Gratificações variáveis ou eventuais	2.407,76	1.409,92	0,04%	-41,44%	0,00	0,00%	-100,00%	599,40	0,02%	0,00%
Horas extraordinárias	95.653,95	47.132,99	1,29%	-50,73%	78.993,15	2,21%	67,60%	76.379,58	2,08%	-3,31%
Ajudas de custo	81.134,73	65.305,47	1,78%	-19,51%	64.073,53	1,79%	-1,89%	67.830,12	1,85%	5,86%
Abono para falhas	4.434,46	3.493,52	0,10%	-21,22%	3.947,09	0,11%	12,98%	4.443,40	0,12%	12,57%
Subsídio trabalho noturno	3.540,60	3.953,60	0,11%	11,66%	4.300,56	0,12%	8,78%	4.077,93	0,11%	-5,18%
Subsídio de turno	13.268,01	13.490,38	0,37%	1,68%	8.123,81	0,23%	-39,78%	8.336,31	0,23%	2,62%
Indemnizações por cessação de funções	0,00	0,00	0,00%		0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	100,00%
Outros suplementos e prémios	14.145,07	23.941,15	0,65%	69,25%	19.043,80	0,53%	-20,46%	19.500,75	0,53%	2,40%
Sub-total	214.584,58	158.727,03	4,33%	-26,03%	178.481,94	5,00%	12,45%	181.167,49	4,93%	1,50%
Segurança Social										
Outros encargos com a saúde	24.804,29	25.673,76	0,70%	3,51%	27.492,03	0,77%	7,08%	22.329,96	0,61%	-18,78%
Subsídio familiar a crianças e jovens	45.818,54	41.806,30	1,14%	-8,76%	35.552,13	1,00%	-14,96%	34.536,48	0,94%	-2,86%
Outras Prestações Familiares	0,00	6.265,62	0,17%	100,00%	5.110,92	0,14%	-18,43%	7.489,18	0,20%	46,53%
ADSE	0,00	210.150,23	5,73%	100,00%	76.984,64	2,16%	-63,37%	65.929,40	1,80%	-14,36%
Segurança social dos funcionários públicos	223.920,03	265.419,35	7,24%	18,53%	290.732,86	8,14%	9,54%	287.005,02	7,82%	-1,28%
Segurança social regime geral	43.088,26	89.915,37	2,45%	108,68%	105.031,22	2,94%	16,81%	128.478,62	3,50%	22,32%
Outras pensões	24.576,52	710,40	0,02%	-97,11%	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%
Seguros	50.190,15	48.586,77	1,33%	-3,19%	43.261,55	1,21%	-10,96%	45.430,08	1,24%	5,01%
Sub-total	412.397,79	688.527,80	18,78%	66,96%	584.165,35	16,36%	-15,16%	591.198,74	16,10%	1,20%
Total	3.495.495,26	3.666.293,97	100,00%	4,89%	3.571.172,24	100,00%	-2,59%	3.671.249,51	100,00%	2,80%

Os montantes respeitantes às despesas com pessoal, foram enviados à Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o fixado pela Lei das Finanças Locais. Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida, mapas comparativos entre 2007 e 2008, com as respectivas excepções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

Montantes acumulados no final de 2007

	Final trimestre 2007 (1)	Final trimestre 2008 (2)	Comparação [2007-2006] (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.571.172,00	3.671.250,00	100.078,00
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	30.809,00	42.653,00	11.844,00
TOTAL	3.601.981,00	3.713.903,00	111.922,00
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			61.323,00
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			36.098,00
Aumento resultante de disposições legais			17.800,00
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			-3.299,00

No quadro acima é possível verificar que relativamente a 2007 houve uma variação positiva das despesas com pessoal e aquisição de serviços, compensada pelo valor das excepções que superam o valor do aumento.

Mostramos de seguida o valor das excepções, cujo valor está referido acima:

DESPESAS COM PESSOAL - JUSTIFICAÇÃO DOS AUMENTOS (indicação dos diplomas, protocolos ou sentenças com o respectivo valor)

Notas:

1. Aumento resultante de

- A - Actualização dos vencimentos dos funcionários públicos
- B - Delegação de competências da Administração Central
- C - Disposições legais
- D - Sentenças judiciais
- E - Outras situações (al. c) do n.º 5 do art.º 50.º da LFL)

(€)

Aumento (A/B/C/D/E)	Justificação / Fundamentação legal	Montante
B	Despacho do Gabinete da Ministra da Educação nº 12591/2006, publicado na II Série do Dr nº 115 de 16/06/2006	36.098,00
A	Portaria nº 30-A/2008, de 10 de Janeiro	21.498,00
C	Contratações efectuadas em 2007, mas que não tiveram a sua contabilização total nesse ano	28.856,00
C	Contratações iniciadas em 2007 cuja despesa só começou a ser gerada em 2008	20.471,00
A	Valor correspondente ao aumento das remunerações dos Titulares Órgãos Autárquicos	6.981,00
A	Valor correspondente ao aumento do subsídio de refeição	21.112,00
A	Valor correspondente ao aumento do subsídio de turno	213,00
C	Estágios Profissionais ao Abrigo do DL n.º 94/2006, de 29 de Maio	17.800,00
A	Valor correspondente ao aumento do subsídio de férias e Natal	11.519,00

Limites Legais para as Despesas com Pessoal

Cálculo do limite legal das despesas com pessoal

O artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09, regulamenta os limites de encargos com o pessoal dos municípios.	"1 – As despesas efectuadas com o pessoal do quadro (...) não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício."
A Lei n.º 2/2007, de 15/01 (nova Lei das Finanças Locais), através do artigo 62.º, também veio legislar no sentido de poderem ser estabelecidos, até 2009, nas leis do Orçamento de Estado, limites anuais para as despesas com pessoal das autarquias locais (municípios e freguesias).	"2 – As despesas com o pessoal pago pela rubrica "Pessoal em qualquer outra situação" não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos no número anterior." "Até 2009, a Lei do Orçamento do Estado pode fixar limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo as relativas aos contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares"

Limite dos encargos com o pessoal do quadro – Despesas a considerar para efeitos de cumprimento do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09:

01.01 Remunerações certas e permanentes
01.01.03 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de função pública
01.01.04 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de contrato individual de trabalho
01.01.08 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Pessoal aguardando aposentação
01.01.10.02 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações / Pessoal dos quadros
01.01.13.01 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal dos quadros
01.01.14.01 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal dos quadros

Limite dos encargos com o pessoal fora do quadro – Despesas a considerar para efeitos de cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09:

01.01 Remunerações certas e permanentes
01.01.05 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal além dos quadros
01.01.06 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal contratado a termo
01.01.07 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em regime de tarefa ou avença
01.01.09 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em qualquer outra situação
01.01.10.03 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações/Outros
01.01.13.02 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal em qualquer outra situação
01.01.14.02 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal em qualquer outra situação

De acordo com a indicação destes quadros foram calculados os limites para 2008, que de seguida se mostra:

Pessoal do Quadro

Classificações	Valor da dotação inicial	Valor Pago em 31-12-2008
01.01 Remunerações certas e permanentes	2.450.000,00	2.156.707,86
01.01.03 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de função pública	1.820.000,00	1.535.572,13
01.01.04 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Regime de contrato individual de trabalho	80.000,00	158.077,86
01.01.08 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos quadros / Pessoal aguardando aposentação	10.000,00	0,00
01.01.10.02 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações / Pessoal dos quadros	0,00	0,00
01.01.13.01 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal dos quadros	190.000,00	164.552,22
01.01.14.01 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal dos quadros	350.000,00	298.505,65

Pessoal Fora do Quadro

Classificações	Valor da dotação inicial	Valor Pago em 31-12-2007
01.01 Remunerações certas e permanentes	532.000,00	532.226,14
01.01.05 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal além dos quadros	0,00	0,00
01.01.06 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal contratado a termo	300.000,00	312.007,07
01.01.07 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em regime de tarefa ou avença	90.000,00	64.692,20
01.01.09 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal em qualquer outra situação	10.000,00	21.503,88
01.01.10.03 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Gratificações/Outros	0,00	0,00
01.01.13.02 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de refeição / Pessoal em qualquer outra situação	52.000,00	72.336,56
01.01.14.02 Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Subsídio de férias e de Natal / Pessoal em qualquer outra situação	80.000,00	61.686,43

Cálculo do limite

Receitas correntes de 2007 (receita cobrada líquida)	7.508.189,11
---	---------------------

Despesas com pessoal do quadro < 60% das receitas correntes (n.º 1 do art. 10º do Decreto Lei n.º 116/84, de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09)		
Despesas com pessoal do quadro em 31-12-08	2.156.707,86	
60% das receitas correntes de 2007	4.504.913,47	
Diferencial (valor disponível para aumentar o valor das despesas com pessoal do quadro)	2.348.205,61	

Despesas com pessoal fora do quadro < 25% do limite anterior (60% Receitas correntes)		
Despesas com pessoal fora do quadro em 31-12-2008	532.226,14	
25% (60% das receitas correntes)	1.126.228,37	
Diferencial (valor disponível para aumentar o valor das despesas com pessoal fora do quadro)	594.002,23	

O quadro seguinte resulta da aplicação de supracitada legislação, e no qual se pode verificar o cumprimento dos limites impostos.

Despesas com pessoal do quadro	Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação	Limite ao Pessoal do Quadro	Limite ao Pessoal em Qualquer Outra Situação
2.156.707,86	532.226,14	4.504.913,47	1.126.228,37

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas correntes, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas totais tem vindo a diminuir nos últimos três anos:

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas com Pessoal	3.293.325,17	3.267.731,87	3.495.495,26	3.666.293,97	3.571.172,24	3.671.249,51
Despesas Correntes	5.497.841,09	5.980.654,62	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92
Desp. Pessoal/ Correntes	59,90%	54,64%	56,29%	52,79%	51,93%	50,45%

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (FSM) introduzido pela primeira vez em 2007 consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

No exercício de 2008 e conforme a indicação da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) as despesas enquadráveis no FSM, resultam da conjugação da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2008), e como tal são apenas elegíveis as despesas de funcionamento dos três ciclos do ensino básico, pagas pelo Município durante o ano de 2008.

Desta forma o Município de Arganil e para o ano de 2008 estava obrigado a realizar pagamentos no montante mínimo de 221.610€, sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências para o ano de 2009 os valores em falta.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2008 relativos ao funcionamento dos três ciclos de ensino básico:

Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DREC	Famílias	
Transportes Escolares	355.708,38	276.300,00	260.370,49	153.091,53	359.198,15
Refeições Escolares	161.143,73				
Prolongamento horário	30.993,97				
Actividades de Enriquecimento Curricular	102.883,58				
Pessoal Auxiliar	288.809,13				
Outras Despesas de Fun. Corrente	109.421,38				
Total	1.048.960,17	276.300,00	260.370,49	153.091,53	359.198,15

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um deficit de 34%, que é directamente participado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 368 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação.

A estas despesas acrescem ainda o investimento realizado neste sector, nomeadamente nos centros escolares, o qual não é financiado a 100%.

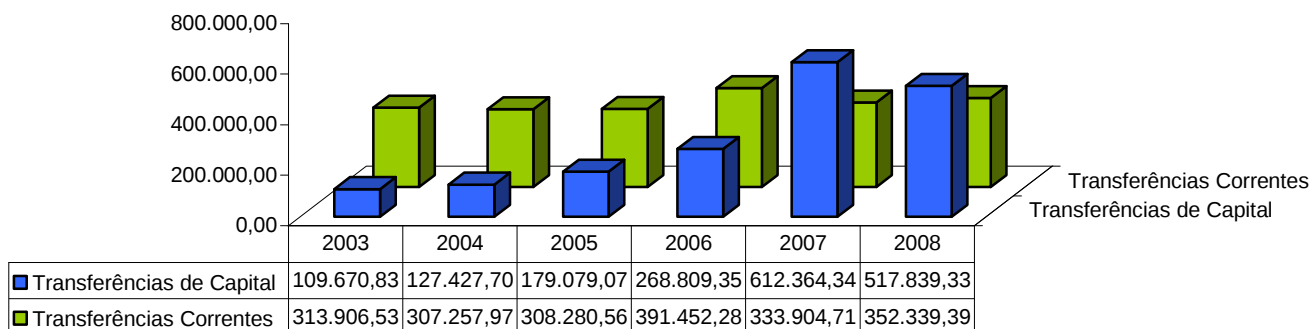
Transferências Correntes e de Capital

Analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos cinco anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Transferências Correntes	313.906,53	307.257,97	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39
Transferências de Capital	109.670,83	127.427,70	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33

Transferências



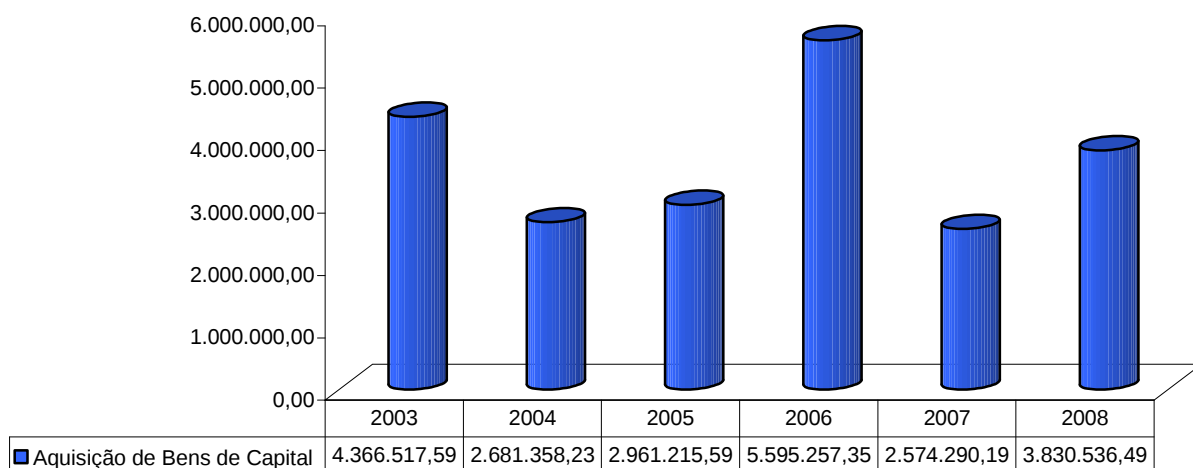
Do gráfico e quadro acima verifica-se que em 2008 o valor das transferências correntes aumentou ligeiramente. Por seu lado as transferências de capital diminuiram relativamente ao valor de 2007.

Relativamente às transferências de capital, como já anteriormente foi referido, dizem respeito ao valor transferido para as Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados.

Aquisição de Bens de Capital

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aquisição de Bens de Capital	4.366.517,59	2.681.358,23	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49

Evolução da Aquisição de Bens de Capital - Montantes Pagos



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, registaram um pico no ano de 2006, no ano de 2007 baixaram e em 2008 voltaram a verificar um aumento.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram apenas por pagar 504.864,49€, consequência da política de pagamentos com prazos inferiores a 90 dias.

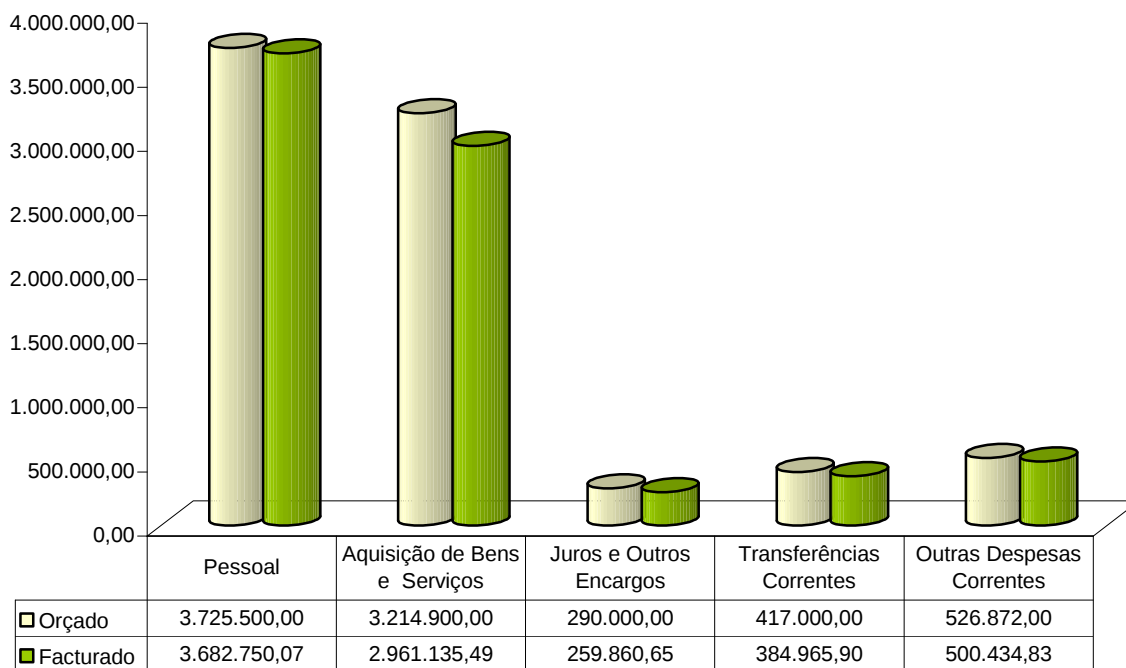
Refira-se, ainda, que a rubrica “Aquisição de bens de Capital” representa 31,27% das Despesas Totais.

Análise da Despesa Facturada															
Orçamental	2004			2005			2006			2007			2008		
	Orçado	Fact.	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %
Despesas Correntes															
Pessoal	3.522.054,00	3.349.995,27	95,11%	3.810.440,00	3.622.479,37	95,07%	3.845.850,00	3.704.335,03	96,32%	3.596.060,00	3.589.259,68	99,81%	3.725.500,00	3.682.750,07	98,85%
Aquisição de Bens e Serviços	3.122.580,00	2.369.068,80	75,87%	2.963.300,00	2.674.174,59	90,24%	2.995.619,00	2.686.531,95	89,68%	2.707.190,00	2.621.748,09	96,84%	3.214.900,00	2.961.135,49	92,11%
Juros e Outros Encargos	450.125,00	307.151,57	68,24%	399.861,00	385.105,87	96,31%	308.400,00	288.215,47	93,46%	249.200,00	249.093,41	99,96%	290.000,00	259.860,65	89,61%
Transferências Correntes	425.300,00	350.323,94	82,37%	516.450,00	396.422,28	76,76%	495.600,00	427.403,74	86,24%	352.801,00	344.279,71	97,58%	417.000,00	384.965,90	92,32%
Subsídios	7.750,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	524.500,00	414.225,16	78,98%	449.500,00	382.499,27	85,09%	538.900,00	476.870,15	88,49%	426.600,00	414.499,00	97,16%	526.872,00	500.434,83	94,98%
Total Despesas Correntes	8.052.309,00	6.790.764,74	84,33%	8.139.551,00	7.460.681,38	91,66%	8.184.369,00	7.583.356,34	92,66%	7.331.851,00	7.218.879,89	98,46%	8.174.272,00	7.789.146,94	95,29%
Despesas de Capital															
Aquisição de Bens de Capital	8.673.922,00	4.882.846,06	56,29%	8.445.717,18	6.132.213,36	72,61%	8.647.240,00	5.821.464,74	67,32%	6.170.732,00	2.967.389,38	48,09%	11.168.000,00	4.324.810,29	38,73%
Transferências de Capital	211.277,00	144.128,70	68,22%	206.000,00	189.144,59	91,82%	305.600,00	276.962,17	90,63%	662.620,00	643.306,95	97,09%	562.500,00	528.430,02	93,94%
Activos Financeiros	126.745,00	0,00	0,00%	126.745,00	187.300,00	147,78%	67.000,00	65.555,00	97,84%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	722.000,00	703.279,45	97,41%	905.338,85	917.966,38	101,39%	2.414.000,00	2.386.797,07	98,87%	605.000,00	604.246,99	99,88%	583.650,00	577.306,05	98,91%
Outras Despesas de Capital				30.000,00	25.250,37	84,17%	30.000,00	24.939,90	83,13%	0,00	0,00	0,00%	55.000,00	45.861,33	0,00%
Total Despesa de Capital	9.733.944,00	5.730.254,21	58,87%	9.713.801,03	7.451.874,70	76,71%	11.463.840,00	8.575.718,88	74,81%	7.438.352,00	4.214.943,32	56,67%	12.369.150,00	5.476.407,69	44,27%
Total das Despesas	17.786.253,00	12.521.018,95	70,40%	17.853.352,03	14.912.556,08	83,53%	19.648.209,00	16.159.075,22	82,24%	14.770.203,00	11.433.823,21	77,41%	20.543.422,00	13.265.554,63	64,57%

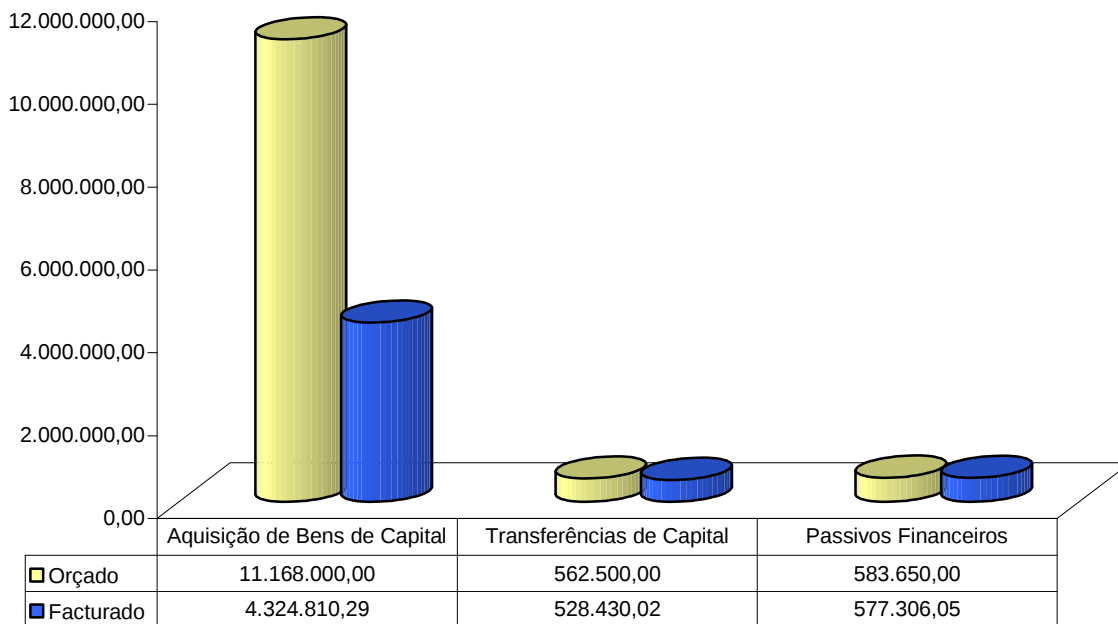
Quadro Evolutivo da Despesa

	2004	2005	Var%	2006	Var%	2007	Var%	2008	Var%
Orçamentado	17.786.253,00	17.853.352,03	0,38%	19.648.209,00	10,05%	14.770.203,00	-24,83%	20.543.422,00	39,09%
Cabimentado	14.503.483,63	16.177.593,24	11,54%	17.108.758,22	5,76%	12.865.974,93	-24,80%	14.872.066,51	15,59%
Facturado	12.521.018,95	14.912.556,08	19,10%	16.159.075,22	8,36%	11.433.823,21	-29,24%	13.265.554,63	16,02%
Executado	9.492.720,00	10.415.543,30	9,72%	15.270.439,03	46,61%	10.668.445,85	-30,14%	12.248.382,12	14,81%

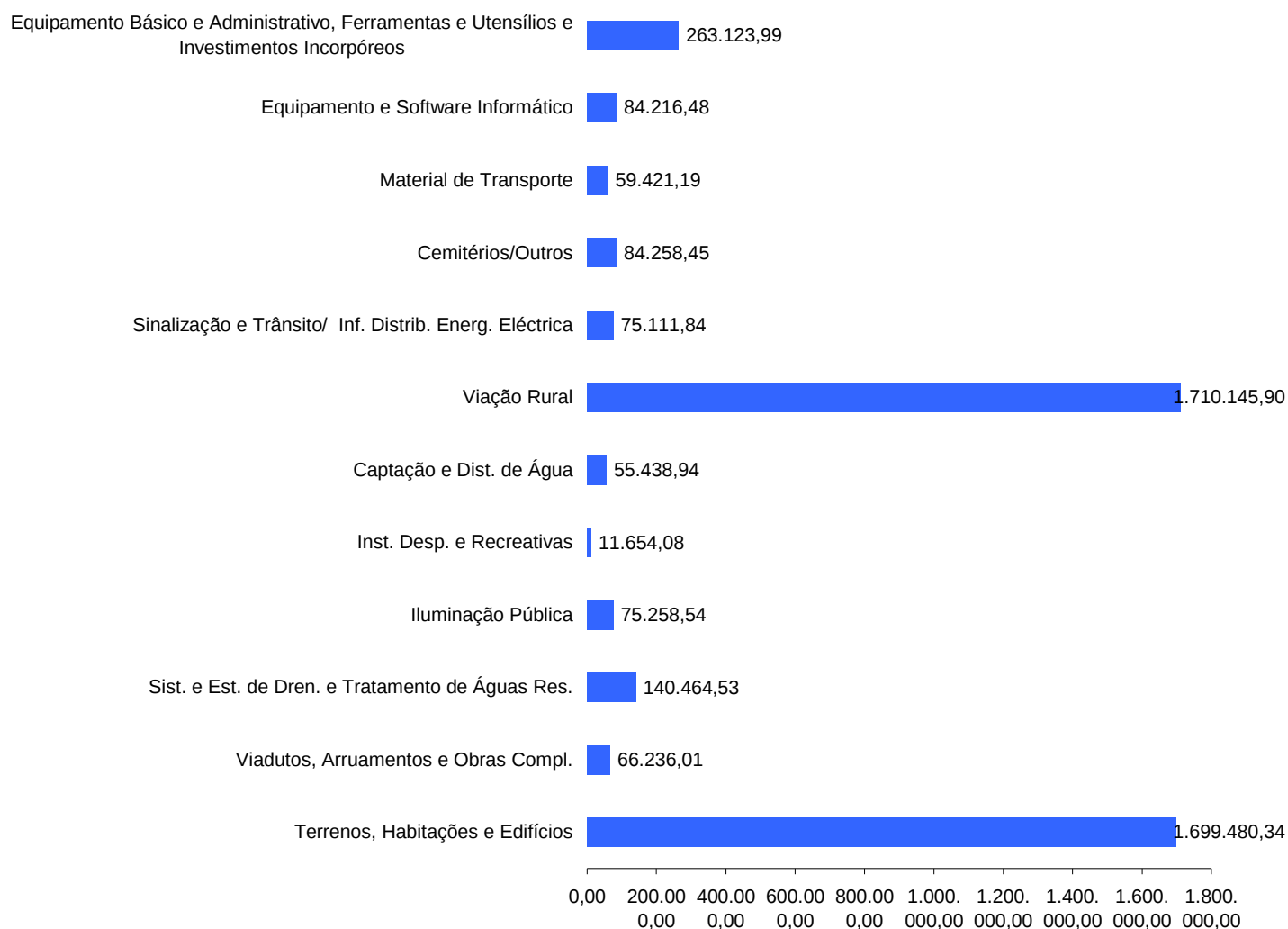
Despesas Correntes - 2008



Despesas de Capital - 2008



Aquisição de Bens de Capital - 2008



Dos quadros e gráficos acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor das despesas correntes facturadas ficou bastante próximo do valor previsto;
- As despesas de capital facturadas e destas a aquisição de bens de capital ficaram longe do montante orçamentado, para isso contribuiu o facto algumas obras previstas não terem execução significativa em 2008 ou terem sido iniciadas só no fim do mesmo;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 95,29%
 - Despesas de capital – 44,27%

Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas, efectivamente pagas.

4.4 Poupança

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Ponto 3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. No entanto, obriga a que as receitas correntes sejam, pelo menos, iguais às despesas correntes.

Em termos previsionais, apresentou-se, no início do ano económico de 2008, uma receita corrente de 9.305.486€, para uma despesa corrente de 8.174.272€, de que resulta uma poupança corrente, a aplicar em despesa de capital, de 1.131.214€.

Este preceito manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pelo Município, resultando daqui uma forma de contenção do défice orçamental, permitindo a formação de uma poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento. Da observação do quadro abaixo apresentado, verifica-se que, em termos de execução orçamental, registou-se em 2008 uma poupança corrente de 359.539,95€.

Matriz da Poupança - 2008

Descrição	Receitas (1)	Despesas (2)	Poupança (3)=(1)-(2)	% (3)/(1)
Correntes	7.636.378,87	7.276.838,92	359.539,95	4,71%
Capital	4.399.496,74	4.971.543,20	-572.046,46	-13,00%
Outras	1.186,34			
Total	12.037.061,95	12.248.382,12	-212.506,51	-1,77%

Saldo da Gerência

O resultado dos movimentos financeiros efectuados durante a gerência de 2008, aparece consubstanciado no seguinte, verificando-se que as entradas de fundos ascenderam a 12.643.641,14€. Deste montante, 12.037.061,95€ são provenientes de receitas orçamentais e 606.579,19€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 12.864.899,50, repartidas pelas despesas orçamentais (12.248.382,12€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (616.517,38€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2007, no valor total de 784.228,35€, o saldo a transitar para o ano económico de 2009, será de 562.969,99€. Este saldo da gerência de 2008 decompõe-se em 197.617,65€, como saldo de operações orçamentais, e em 365.352,34€, como saldo de operações de tesouraria.

		Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
2008	Saldo da gerência anterior (2007)	408.937,82	375.290,53	784.228,35
	Receitas	12.037.061,95	606.579,19	12.643.641,14
	Despesas	12.248.382,12	616.517,38	12.864.899,50
	Saldo para gerência seguinte	197.617,65	365.352,34	562.969,99

4.5 Indicadores Estatísticos

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das actividades levadas a efeito pela Autarquia.

Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas facturadas.

4.6 Endividamento

De acordo com a nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) e em conformidade com a Lei nº 67-A/2007, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2008), *“O montante do endividamento líquido total de cada Município não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”*.

Acresce que, nos termos do nº 4 do artigo 5º da Lei das Finanças Locais, a violação dos limites de endividamento líquido previsto para cada município origina uma redução no mesmo montante, na transferência do FEF devidas no ano seguinte.

Ora, nos termos do artigo 63º do Decreto de Lei n.º 41/2008, de 10 de Março – lei de Execução do Orçamento do Estado para 2008, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) deve comunicar aos Municípios, até 15 de Maio, os montantes máximos de endividamento.

Os valores de referência indicados pela DGAL para 2008 foram os seguintes:

Receitas Municipais	Receita Líquida
Total de Impostos Municipais de 2007*	1.202.244,00
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	717.703,00
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	332.637,00
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	116.437,00
Contribuição Autárquica	23.657,00
Imposto Municipal de Sisa	11.810,00
Derrama	0,00
Total Impostos Municipais e Derrama	1.202.244,00 (A)
Receitas Arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades dos SEL	0,00 (B)
FEF + IRS (Mapa XIX do Orçamento do Estado para 2008)	6.057.271,00 (C)
Total de Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	7.259.515,00 (D) = (A) + (B) + (C)
Limite ao endividamento de Curto Prazo	725.951,50 (E) = 10% × (D)
Limite ao endividamento de Médio e Longo Prazos	7.259.515,00 (F) = 100% × (D)
Limite ao Endividamento Líquido	9.074.393,75 (G) = 125% × (D)

Refira-se que o cálculo do endividamento acima referido foi efectuado com base no nº 1 do artigo 36º da Lei das Finanças Locais (LFL), que estabelece o seguinte conceito de endividamento líquido municipal:

O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente

os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros (sublinhados nossos).

Ora, a Lei do Orçamento do Estado para 2006, no nº 5 do artigo 33º estabelecia que:

O montante de endividamento líquido, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.” (sublinhados nossos).

Sendo as definições muito similares, regista-se, contudo, uma diferença de base significativa. É que, enquanto na definição de 2006 apenas os activos e passivos financeiros eram considerados para efeitos de cálculo do endividamento líquido, com a LFL o legislador parece pretender que sejam considerados todos os activos e passivos, independentemente de serem financeiros ou não.

Desta forma e dado serem diferentes as definições verificamos de seguida o limite do endividamento segundo cada uma das abordagens.

Considerando a definição da LOE para 2006, em que o endividamento líquido é calculado com base na diferença entre os passivos e os activos financeiros, *nomeadamente empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores* (passivos financeiros), e *o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria* (activos financeiros), obtemos os seguintes resultados de dívida bruta e líquida expostos nos quadros e gráficos seguintes:

Evolução da Dívida Bruta de Curto, Médio e Longo Prazo

Caracterização da Dívida	2004		2005		2006		2007		2008	
	Dívida em		Dívida em		Dívida em		Dívida em		Dívida em	
	1 de Janeiro	31 de Dezembro	1 de Janeiro	31 de Dezembro	1 de Janeiro	31 de Dezembro	1 de Janeiro	31 de Dezembro	1 de Janeiro	31 de Dezembro
Curto Prazo	2.990.380,95	3.457.729,02	3.457.729,02	4.890.353,84	4.890.353,84	1.907.101,02	1.907.101,02	1.728.909,72	1.728.909,72	1.934.522,13
Médio Longo Prazo	4.462.563,61	3.702.688,81	3.702.688,81	3.296.359,81	3.296.359,81	5.479.540,72	5.479.540,72	4.902.342,21	4.902.342,21	4.360.353,85
Total	7.452.944,56	7.160.417,83	7.160.417,83	8.186.713,65	8.186.713,65	7.386.641,74	7.386.641,74	6.631.251,93	6.631.251,93	6.294.875,98

Descrição	2004	2005	Var. Valor	2006	Var. Valor	2007	Var. Valor	2008	Var. Valor
Empréstimos	2.798.995,77	2.431.029,38	-367.966,39	6.068.038,63	3.637.009,25	5.479.648,28	-588.390,35	4.902.342,20	-577.306,08
Fornecedores C/c	684.024,43	1.048.584,87	364.560,44	530.955,06	-517.629,81	333.987,84	-196.967,22	558.388,49	224.400,65
Fornecedores de Imobilizado	2.167.718,49	3.128.612,84	960.894,35	216.566,22	-2.912.046,62	313.690,18	97.123,96	409.881,52	96.191,34
Fornecedores em Sistema de Locação Financeira	903.693,04	865.330,43	-38.362,61	0,00	-865.330,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e Outros Entes Público	38.901,48	37.656,15	-1.245,33	36.575,76	-1.080,39	41.327,38	4.751,62	36.567,11	-4.760,27
Administração Autárquica	46.074,08	46.571,47	497,39	15.651,48	-30.919,99	97.236,70	81.585,22	24.434,36	-72.802,34
Outros Credores	521.010,54	628.928,51	107.917,97	518.854,59	-110.073,92	365.361,55	-153.493,04	363.262,30	-2.099,25
Total	7.160.417,83	8.186.713,65	1.026.295,82	7.386.641,74	-800.071,91	6.631.251,93	-755.389,81	6.294.875,98	-336.375,95

Dos quadros anteriores podemos verificar que o ano de 2008, em seguimento ao já ocorrido em 2007 e em 2006, registou uma diminuição, no global da dívida bruta.

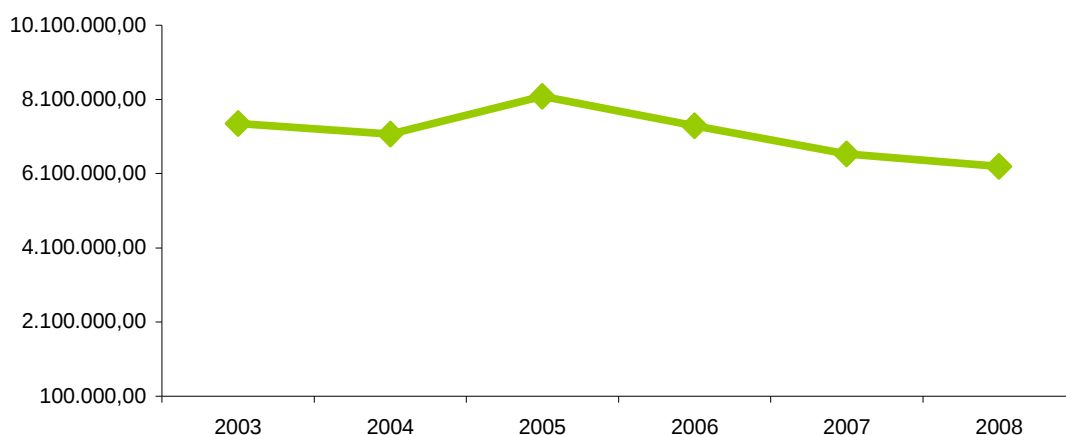
Verifica-se também que o grosso da dívida é de médio e longo prazo, conseguindo-se uma situação financeira mais equilibrada. Princípio este consagrado na nova Lei das Finanças Locais (art. 35º).

As rubricas que verificaram aumento foram fornecedores conta corrente e de imobilizado consequência de facturas emitidas no final do ano e não pagas.

No quadro seguinte poderá observar-se a evolução da dívida bruta de 2003 a 2008:

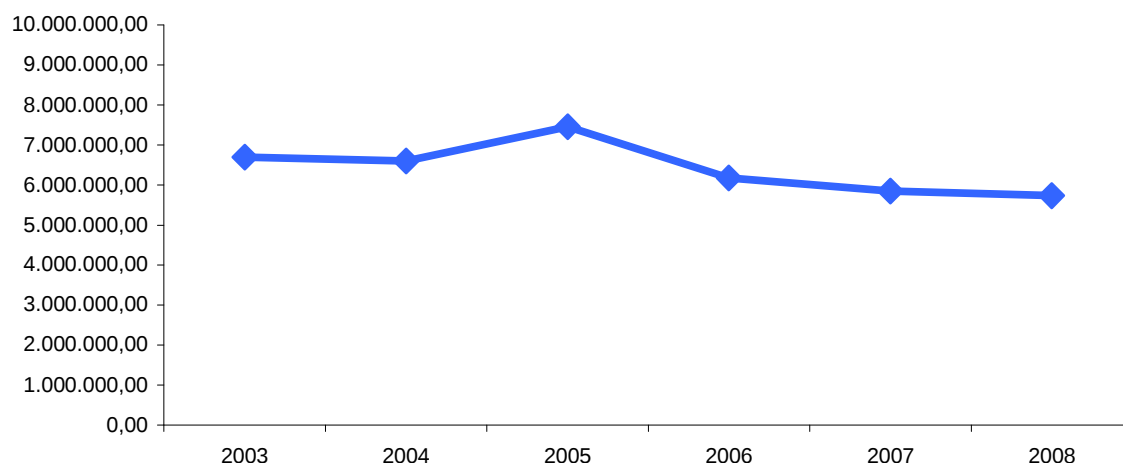
Relativamente à evolução da Dívida Líquida, esta apresenta a seguinte evolução:

Evolução Dívida Bruta



	2004	2005	Var. valor	2006	Var. valor	2007	Var. valor	2008	Var. valor
Dívida Líquida	6.597.133,68	7.453.780,73	856.647,05	6.174.009,72	-1.279.771,01	5.847.023,58	-326.986,14	5.731.905,99	-115.117,59

Evolução Dívida Líquida



Da mesma forma que a dívida bruta diminuiu, também a dívida líquida registou essa alteração.

No quadro seguinte apresentamos a síntese da informação atrás referida, do qual se destacam, ainda, as seguintes conclusões:

- Regista-se uma diminuição de 1,97% do endividamento líquido, por comparação do período homólogo de 2007;
- O valor de empréstimos de curto prazo em 2008 respeita ao montante de amortizações previstas para este ano;
- Verifica-se a concentração do endividamento do município no médio e longo prazos; em linha com o estabelecido no artigo 35º da LFL.

Analisando agora o endividamento líquido de acordo com a definição da Lei das Finanças Locais e Orçamento de Estado para 2008 (informação remetida para a DGAL trimestralmente) obtém-se os valores a seguir apresentados:

Evolução do endividamento líquido calculado de acordo com a LFL

	2004	2005	Var. %	2006	Var. %	2007	Var. %	2008	Var. %
Passivos Financeiros (1)									
Médio e Longo Prazos									
Empréstimos	2.798.995,77	2.431.029,38	-13,15%	5.479.540,72	125,40%	4.902.342,21	-10,53%	4.360.353,85	-11,06%
Fornecedores em Sistema de Locação Financeira	903.693,04	865.330,43	-4,43%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Curto Prazo									
Empréstimos	0,00	0,00		588.497,91	0,00%	577.306,07	-1,90%	541.988,35	0,00%
Fornecedores (c/c e imobilizado)	2.851.742,92	4.177.197,71	31,73%	747.521,28	-82,10%	647.678,02	-13,36%	968.270,01	49,50%
Estado e Outros Entes Públicos	38.901,48	37.656,15	-3,31%	36.575,76	-2,87%	41.327,38	12,99%	36.567,11	-11,52%
Administração Autárquica	46.074,08	46.571,47	1,07%	15.651,48	-66,39%	97.236,70	521,26%	24.434,36	-74,87%
Outros Credores	521.010,54	628.928,51	20,71%	518.818,39	-17,51%	365.361,55	-29,58%	363.262,30	-0,57%
Acréscimos e Diferimentos*	358.960,36	364.998,54	1,68%	348.208,89	-4,60%	417.287,79	19,84%	402.794,96	-3,47%
Total Passivos Financeiros	7.519.378,19	8.551.712,19	12,07%	7.734.814,43	-9,55%	7.048.539,72	-8,87%	6.697.670,94	-4,98%
Activos Financeiros (2)									
Caixa	1.937,94	2.252,30	13,96%	19.953,72	785,93%	7.402,66	-62,90%	1.577,74	-78,69%
Depósitos Instituições Financeiras	561.333,65	730.680,62	23,18%	1.192.678,30	63,23%	776.825,69	-34,87%	561.392,25	-27,73%
Clientes	50.628,89	56.589,23	10,53%	62.164,12	9,85%	26.963,97	-56,62%	24.639,23	-8,62%
Estado e Outros Entes Públicos	3.912,02	24.094,94	83,76%	52.609,30	118,34%	37.153,74	-29,38%	39.437,97	6,15%
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	340.775,74	#DIV/0!
Acréscimos e Diferimentos	56.212,81	25.857,04	-117,40%	33.058,80	27,85%	51.103,19	54,58%	178.028,08	248,37%
Investimentos Financeiros	45.323,18	238.356,95	80,99%	238.356,95	0,00%	238.356,95	0,00%	230.874,98	-3,14%
Total dos Activos Financeiros	719.348,49	1.077.831,08	33,26%	1.598.821,19	48,34%	1.137.806,20	-28,83%	1.376.725,99	21,00%
Endividamento Líquido (1)-(2)	6.800.029,70	7.473.881,11	9,02%	6.135.993,24	-17,90%	5.910.733,52	-3,67%	5.320.944,95	-9,98%

Também nesta abordagem constatamos que o valor do endividamento tem vindo a diminuir nos últimos anos.

Segundo esta última metodologia, o valor de endividamento líquido de 2008 relativamente ao período homólogo de 2007 registou uma diminuição em valor de cerca de 590 mil euros.

No quadro seguinte apresenta-se o apuramento da situação de endividamento no final de 2008, onde se comparam os valores registados no Município e os limites comunicados pela DGAL acima referidos:

Apuramento da Situação de Endividamento no final do ano 2008
(€)

Designação	Montante	Observações
Total endividamento bancário curto prazo	541.988,35	(A) = Saldo credor conta 2311
Capital em dívida de médio e longo prazos	4.360.353,85	(B) = Saldo credor conta 2312
Total Endividamento Líquido	5.320.944,95	(C) = Passivos - Activos
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento	202.342,20	(D)
Capital em dívida de médio e longo prazo a c	4.158.011,65	(E) = (B) - (D)
Endividamento líquido a considerar	5.118.602,75	(F) = (C) - (D)
Limites endividamento municipal		
Endividamento de curto prazo	725.951,50	(G)
Endividamento de médio e longo prazos	7.259.515,00	(H)
Endividamento líquido	9.074.393,75	(I)
Situação face aos limites		
Excesso		
Endividamento de curto prazo		(J) = Excesso, se (A) > (G); (J) = Margem, se (A) < (G)
Margem	183.963,15	
Excesso		
Endividamento de médio e longo prazos		(K) = Excesso, se (E) > (H); (K) = Margem, se (E) < (H)
Margem	3.101.503,35	
Excesso		
Endividamento líquido		(L) = Excesso, se (F) > (I); (L) = Margem, se (F) < (I)
Margem	3.955.791,00	

Dos quadros acima podemos concluir que, independentemente da metodologia, verifica-se que desde 2005 o endividamento líquido sofre uma variação negativa, o que significa que tem vindo a decrescer desde esse ano; atingindo, em 2008, o valor mais baixo dos últimos 5 anos.

Do quadro do apuramento da situação de endividamento líquido constata-se facilmente que todos os limites foram cumpridos, existindo, para cada tipo de endividamento, margem.

Analisando agora a evolução do serviço da dívida:

Evolução do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo

Descrição	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Amortização de Capital	703.279,45	87,86%	367.966,38	84,83%	2.386.797,07	93,89%	604.246,99	70,86%	577.306,05	69,03%
Encargos Financeiros	97.137,35	12,14%	65.802,67	15,17%	155.239,31	6,11%	248.477,74	29,14%	259.045,90	30,97%
Serviço da Dívida	800.416,80	100%	433.769,05	100%	2.542.036,38	100%	852.724,73	100%	836.351,95	100%

No quadro anterior está exposta a situação excepcional, verificada no ano de 2006, da contratação do Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Saneamento Financeiro, que permitiu liquidar alguns dos empréstimos existentes.

Em 2008 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 500.000,00€
- Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários – 77.306,08€

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimo Médio Longo Prazo – 252.482,99€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários – 6.562,91€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2008, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários ascendia a 202.342,20€, montante que não é considerado para efeitos dos limites de endividamento líquido e capacidade de endividamento.

5. Balanço e Demonstração de Resultados

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância porque espelha de forma adequada e substantiva a situação patrimonial da Autarquia, no final de cada exercício.

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da actividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respectiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

Refira-se o facto de não se encontrarem totalmente inventariados e valorados os bens do activo imobilizado correspondentes aos bens de domínio público, factor que naturalmente afecta as demonstrações, e que se mantém por dificuldades no processo de inventariação dos bens desta natureza.

O resultado líquido de 2008 é o seguinte:

Resultado Líquido de 2008	878.908,20€
---------------------------	-------------

Este valor resulta do montante significativo de proveitos, num total de 10.972.524,435€ contra um total de custos e 10.093.616,23€.

A estrutura patrimonial do Município, no final do ano económico de 2008, bem como a sua comparação com a do exercício de 2007, estão apresentadas nos quadros e gráficos seguintes.

Da análise comparativa dos últimos anos económicos, destacam-se os seguintes aspectos:

- Quer o Activo, quer os Fundos Próprios aumentaram relativamente a 2007;
- O Activo Líquido registou um aumento de 4,99% derivado, essencialmente, do aumento das Imobilizações Corpóreas e das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo;

- O Património registou um aumento, no valor de 1.729.897,18€, o qual corresponde a obras concluídas em 2008;
- Em relação à distribuição do Resultado Líquido, foi dado cumprimento ao aprovado pela Assembleia Municipal transferindo-se o valor para Reservas e Património;
- O Passivo apresenta um acréscimo de 9,13%, relativamente ao ano anterior devido ao aumento significativo dos acréscimos e diferimentos; relativo a contabilização das comparticipações de investimentos recebidos em 2008, que, de acordo com o estipulado no POCAL, os subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que dizem respeito.

O total das amortizações de 2008 ascendeu ao montante de 12.639.377,94€.

Das obras em curso em 2008, a maior parte foram concluídas neste mesmo ano, verificando já neste ano as amortizações respectivas.

Da observação do Quadro da estrutura do Balanço, verifica-se que a estrutura do Activo Líquido não se alterou de forma significativa, comparativamente com o do exercício de 2007.

O Activo Circulante apresentou um aumento do seu peso, no total do Activo, derivado do acréscimo das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo.

A estrutura do Balanço reflecte o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros, representando o Activo Fixo 96,91% da totalidade do Activo.

No que respeita à estrutura do Passivo, é de registar a diminuição do Passivo de Longo Prazo que sendo essencialmente empréstimos de médio e longo prazo, não fazem pressão imediata sobre a tesouraria.

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

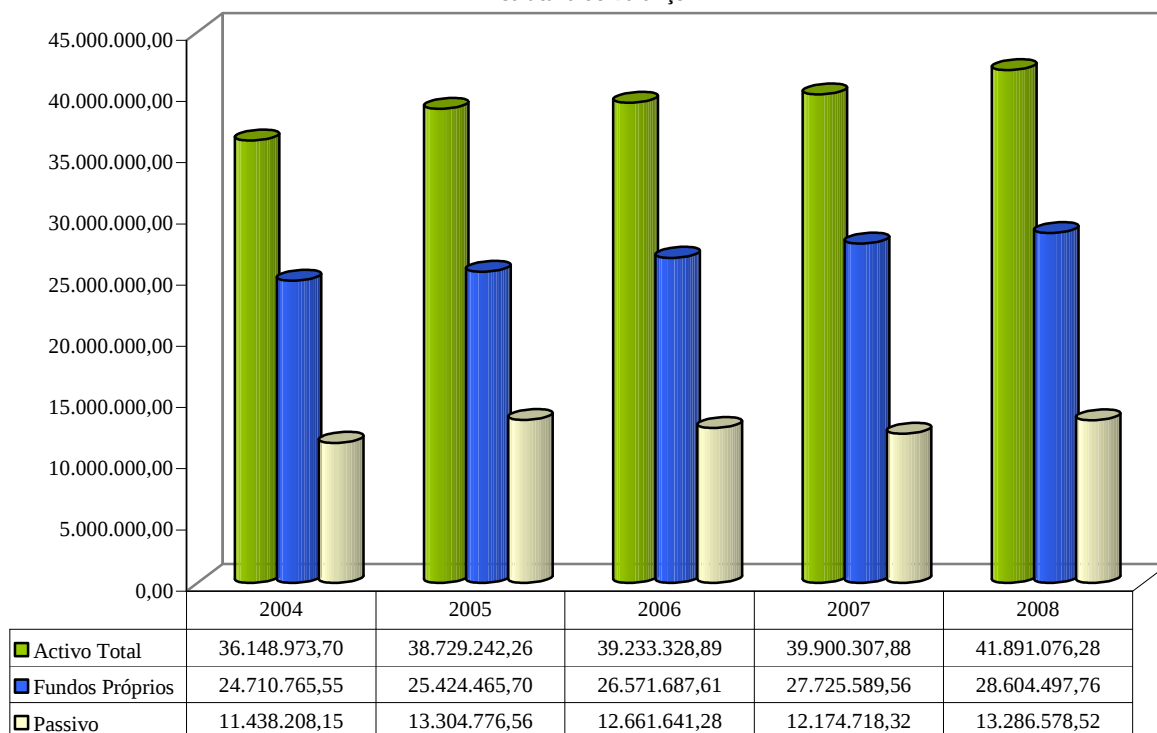
Designação		2008		2007		Variação 08/07	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado							
	Bens de domínio público	21.242.146,01	50,71%	20.748.829,18	52,00%	493.316,83	2,38%
451	Terrenos e recursos naturais	583.925,94	1,39%	583.925,94	1,46%	0,00	0,00%
452	Edifícios	18.342,93	0,04%	18.647,71	0,05%	-304,78	-1,63%
453	Outras construções e infra-estruturas	3.719.806,93	8,88%	3.610.514,46	9,05%	109.292,47	3,03%
459	Outros bens de domínio público	15.998.210,35	38,19%	14.935.444,61	37,43%	1.062.765,74	7,12%
445	Imobilizações em curso - bens de Dom. Público	921.859,86	2,20%	1.600.296,46	4,01%	-678.436,60	-42,39%
	Imobilizações incorpóreas	136.470,74	0,33%	90.204,40	0,23%	46.266,34	51,29%
431	Despesas de instalação	108.021,01	0,26%	58.910,40	0,15%	49.110,61	0,00%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	28.449,73	0,07%	31.294,00	0,08%	-2.844,27	-9,09%
	Imobilizações Corpóreas	18.985.310,52	45,32%	17.748.730,17	44,48%	1.236.580,35	6,97%
421	Terrenos e recursos naturais	2.445.969,10	5,84%	2.445.969,10	6,13%	0,00	0,00%
422	Edifícios e outras construções	15.167.639,33	36,21%	13.996.062,54	35,08%	1.171.576,79	8,37%
423	Equipamento básico	310.727,52	0,74%	261.380,80	0,66%	49.346,72	18,88%
424	Equipamento de transporte	569.941,43	1,36%	614.923,27	1,54%	-44.981,84	-7,32%
425	Ferramentas e utensílios	20.084,73	0,05%	11.141,92	0,03%	8.942,81	80,26%
426	Equipamento administrativo	103.233,65	0,25%	152.927,39	0,38%	-49.693,74	-32,49%
429	Outras imobilizações corpóreas	876,66	0,00%	1.089,58	0,00%	-212,92	-19,54%
442	Imobilizações em curso - Im. Corpóreas	366.838,10	0,88%	265.235,57	0,66%	101.602,53	38,31%
	Investimentos Financeiros	230.874,98	0,55%	238.356,95	0,60%	-7.481,97	-3,14%
411	Partes de capital	230.874,98	0,55%	238.356,95	0,60%	-7.481,97	-3,14%
	Circulante				0,00%		
	Existências	150.423,02	0,36%	174.737,93	0,44%	-24.314,91	-13,92%
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	150.423,02	0,36%	174.737,93	0,44%	-24.314,91	-13,92%
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				0,00%		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo	404.852,94	0,97%	64.117,71	0,16%	340.735,23	531,42%
211	Clientes, c/c	14.657,57	0,03%	16.620,88	0,04%	-1.963,31	-11,81%
212	Contribuintes, c/c	7.661,85	0,02%	7.399,46	0,02%	262,39	3,55%
213	Utentes, c/c	2.319,81	0,01%	2.943,63	0,01%	-623,82	-21,19%
24	Estado e outros entes públicos	39.437,97	0,09%	37.153,74	0,09%	2.284,23	6,15%
262 + 26	Outros devedores	340.775,74	0,81%	0,00	0,00%	340.775,74	0,00%
	Depósitos em instituições financeiras e caixa	562.969,99	1,34%	784.228,35	1,97%	-221.258,36	-28,21%
12	Depósitos em instituições financeiras	561.392,25	1,34%	776.825,69	1,95%	-215.433,44	-27,73%
11	Caixa	1.577,74	0,00%	7.402,66	0,02%	-5.824,92	-78,69%
	Acréscimos e diferimentos	178.028,08	0,42%	51.103,19	0,13%	126.924,89	248,37%
271	Acréscimos de proveitos	153.150,24	0,37%	33.980,15	0,09%	119.170,09	0,00%
272	Custos diferidos	24.877,84	0,06%	17.123,04	0,04%	7.754,80	45,29%
Total do Activo		41.891.076,28		39.900.307,88		1.990.768,40	4,99%

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia						
Fundos próprios	2008		2007		Variação 08/07	
51 Património	27.410.737,59	95,83%	26.470.425,88	95,47%	940.311,71	3,55%
Reservas	314.851,97	1,10%	265.917,39	0,96%	48.934,58	0,00%
571 Reservas legais	312.773,26	1,09%	263.838,68	0,95%	48.934,58	18,55%
576 Doações	2.078,71	0,01%	2.078,71	0,01%	0,00	0,00%
59 Resultado transitados	0,00	0,00%	10.554,73	0,04%	-10.554,73	-100,00%
88 Resultado líquido do exercício	878.908,20	3,07%	978.691,56	3,53%	-99.783,36	-10,20%
Total Fundos Próprios	28.604.497,76	100,00%	27.725.589,56	100,00%	878.908,20	3,17%
Passivo						
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	4.360.353,85	32,82%	4.902.342,21	40,27%	-541.988,36	-11,06%
2312 Dívidas a instituições de crédito	4.360.353,85	32,82%	4.902.342,21	40,27%	-541.988,36	-11,06%
Fornec. Imob. em Sist. Locação						
2612 Financeira		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.934.522,13	14,56%	1.728.909,72	14,20%	205.612,41	11,89%
2311 Empréstimos de curto prazo	541.988,35	4,08%	577.306,07	4,74%	-35.317,72	-6,12%
269 Adiantamentos por conta de vendas		0,00%		0,00%	0,00	0,00%
221 Fornecedores, c/c	558.388,49	4,20%	333.987,84	2,74%	224.400,65	67,19%
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c	409.881,52	3,08%	313.690,18	2,58%	96.191,34	30,66%
24 Estado e outros entes públicos	36.567,11	0,28%	41.327,38	0,34%	-4.760,27	-11,52%
264 Administração autárquica	24.434,36	0,18%	97.236,70	0,80%	-72.802,34	-74,87%
262 + 263 + 267 + 268 Outros credores	363.262,30	2,73%	365.361,55	3,00%	-2.099,25	-0,57%
Acréscimos e diferimentos	6.991.702,54	52,62%	5.543.466,39	45,53%	1.448.236,15	26,13%
273 Acréscimos de custos	402.794,96	3,03%	417.287,79	3,43%	-14.492,83	-3,47%
274 Proveitos diferidos	6.588.907,58	49,59%	5.126.178,60	42,11%	1.462.728,98	28,53%
Total do Passivo	13.286.578,52	100,00%	12.174.718,32	100,00%	1.111.860,20	9,13%
Total Fundos Próprios e Passivo	41.891.076,28		39.900.307,88		1.990.768,40	4,99%

Estrutura do Balanço

Designação	2006	%	2007	%	Var. %	2008	%	Var. %
Activo								
Activo Fixo	37.872.828,45	96,53%	38.826.120,70	97,31%	2,52%	40.594.802,25	96,91%	4,56%
Activo Circulante	1.360.500,44	3,47%	1.074.187,18	2,69%	-21,04%	1.296.274,03	3,09%	20,67%
Activo Total	39.233.328,89	100,00%	39.900.307,88	100,00%	1,70%	41.891.076,28	100,00%	4,99%
Fundos Próprios e Passivo								
Fundos Próprios	26.571.687,61	67,73%	27.725.589,56	69,49%	4,34%	28.604.497,76	68,28%	3,17%
Passivo	12.661.641,28	32,27%	12.174.718,32	30,51%	-3,85%	13.286.578,52	31,72%	9,13%
Médio Longo Prazo	5.479.540,72	13,97%	4.902.342,21	12,29%	-10,53%	4.360.353,85	10,41%	-11,06%
Curto Prazo	1.907.101,02	4,86%	1.728.909,72	4,33%	-9,34%	1.934.522,13	4,62%	11,89%
Acréscimos e Diferimentos	5.274.999,54	13,45%	5.543.466,39	13,89%	5,09%	6.991.702,54	16,69%	26,13%
Total Fundos Próprios e Passivo	39.233.328,89	100,00%	39.900.307,88	100,00%	1,70%	41.891.076,28	100,00%	4,99%

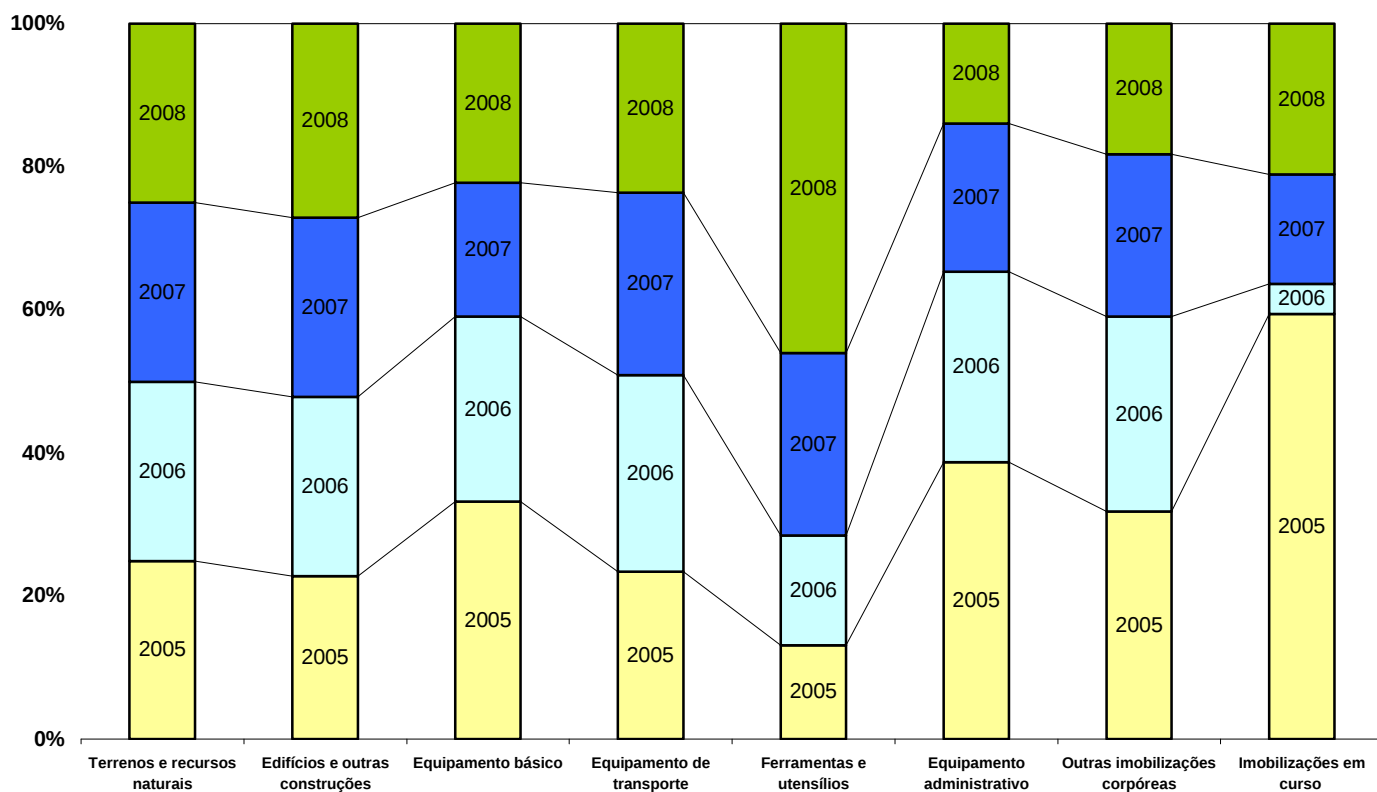
Estrutura do Balanço



Evolução do investimento - Imobilizações Corpóreas

	2005	2006	2007	2008
Terrenos e recursos naturais	2.434.537,23	2.444.465,10	2.445.969,10	2.445.969,10
Edifícios e outras construções	12.757.260,15	13.993.779,48	13.996.062,54	15.167.639,33
Equipamento básico	463.727,31	361.147,96	261.380,80	310.727,52
Equipamento de transporte	565.302,13	661.195,69	614.923,27	569.941,43
Ferramentas e utensílios	5.734,25	6.667,91	11.141,92	20.084,73
Equipamento administrativo	286.219,76	197.103,92	152.927,39	103.233,65
Outras imobilizações corpóreas	1.528,10	1.308,83	1.089,58	876,66
Imobilizações em curso	1.033.298,78	73.476,06	265.235,57	366.838,10
Total	17.547.607,71	17.739.144,95	17.748.730,17	18.985.310,52

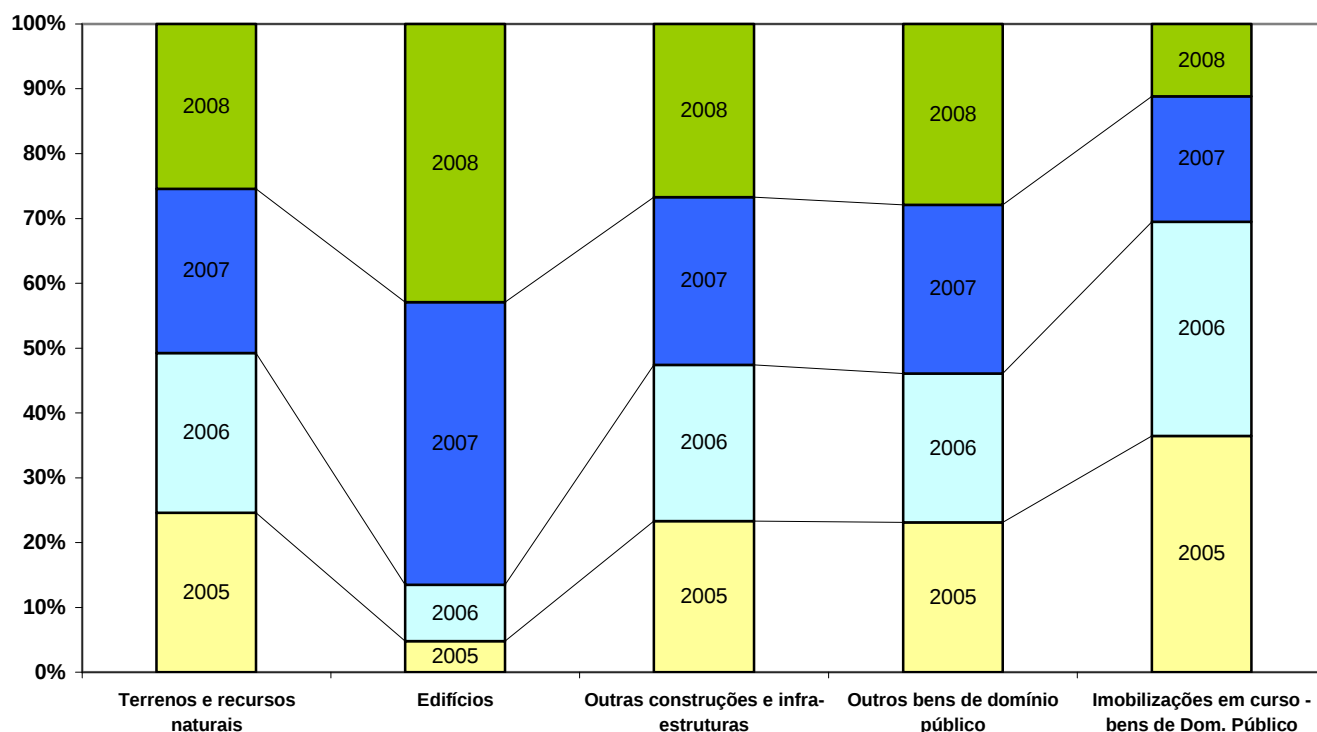
Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas



Evolução do investimento - Bens de Domínio Público

Bens de domínio público	2005	2006	2007	2008
Terrenos e recursos naturais	565.925,94	565.925,94	583.925,94	583.925,94
Edifícios	2.052,00	3.723,70	18.647,71	18.342,93
Outras construções e infra-estruturas	3.254.808,11	3.358.290,82	3.610.514,46	3.719.806,93
Outros bens de domínio público	13.256.332,44	13.169.403,04	14.935.444,61	15.998.210,35
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	3.013.877,22	2.732.513,66	1.600.296,46	921.859,86
Total	20.092.995,71	19.829.857,16	20.748.829,18	21.242.146,01

Evolução do Investimento - Bens de Domínio Público



No que respeita à análise da Demonstração de Resultados a actividade desenvolvida ao longo do ano 2008, registou-se um total de custos, no valor de 10.093.616,23, representando mais 9% do valor dos custos do exercício de 2007.

À semelhança do ano transacto, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 36% e 28%, respectivamente.

O início da aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2008.

Quer os custos e perdas financeiras quer os custos extraordinários verificaram uma diminuição relativamente a 2007.

A actividade desenvolvida no ano económico de 2008 originou um total de Proveitos no valor de 10.972.524,43€, os quais cresceram 7,6%, comparativamente a 2007.

Dos proveitos destaca-se o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 63% dos proveitos totais.

Município de Arganil
Demonstração Resultados

Contas POCAL	Exercícios			
	2008		2007	
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			0,00	
61 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	200.606,24	200.606,24	138,96	138,96
62 Fornecimentos e serviços externos	2.798.609,38		2.337.202,71	
Custos com o pessoal:			0,00	
641+642 Remunerações	3.041.351,52		2.978.888,71	
643 a 648 Encargos sociais	570.233,89	6.410.194,79	550.410,90	5.866.502,32
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações	447.447,09	447.447,09	438.706,26	438.706,26
66 Amortizações do exercício	1.911.195,89		1.635.943,93	
67 Provisões do exercício	0,00	1.911.195,89	0,00	1.635.943,93
65 Outros custos e perdas operacionais	31.651,68	31.651,68	15.028,36	15.028,36
(A)		9.001.095,69		7.956.319,83
68 Custos e perdas financeiras	263.927,36	263.927,36	268.590,82	268.590,82
(C)		9.265.023,05		8.224.910,65
69 Custos e perdas extraordinárias	828.593,18	828.593,18	996.428,74	996.428,74
(E)		10.093.616,23		9.221.339,39
88 Resultado líquido do exercício	0,00	878.908,20	0,00	978.691,56
		10.972.524,43		10.200.030,95
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	14.553,73		2.352,40	
112+711 Vendas de produtos	297.734,29		411.469,42	
712 Prestações de serviços	378.642,67		341.624,26	
713 Outros Serviços	62.201,35		120.122,55	
715 Reembolsos e Restituições	-825,12		-3.114,44	
716 Anulações	-823,39		-66,86	
714 Outras Receitas Correntes	50.638,12	802.121,65	49.511,84	921.899,17
72 Impostos e taxas	1.607.449,57		1.559.535,21	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	6.866.798,19		6.677.036,59	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	3.128,49	8.477.376,25	0,00	8.236.571,80
(B)		9.279.497,90		9.158.470,97
78 Proveitos e ganhos financeiros	754.177,49	754.177,49	534.012,55	534.012,55
(D)		10.033.675,39		9.692.483,52
79 Proveitos e ganhos extraordinários	938.849,04	938.849,04	507.547,43	507.547,43
(F)		10.972.524,43		10.200.030,95

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	278.402,21
Resultados Financeiros: (D)- (C)- (A)	-----	490.250,13
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	768.652,34
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	878.908,20

O resultado líquido do exercício foi de 878.908,20€, o que traduz uma capacidade da Autarquia em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos e criar margem para continuar a consolidar o Investimento. O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Activo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2007 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Saldo conta 59	0,00
RLE 2008	878.908,20
Total	878.908,20
Reservas Legais 5%	43.945,41
Reforço de Património	834.962,79

7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

Nos primeiros meses de 2009 não ocorreram factos, que pela sua natureza mereçam destaque neste ponto.

8 - Contabilidade de Custos

Em cumprimento ao determinado no ponto 2.8.3 do POCAL deu-se início à implementação da Contabilidade de Custos em 2008, o que permitiu apurar custos por funções e bens e serviços.

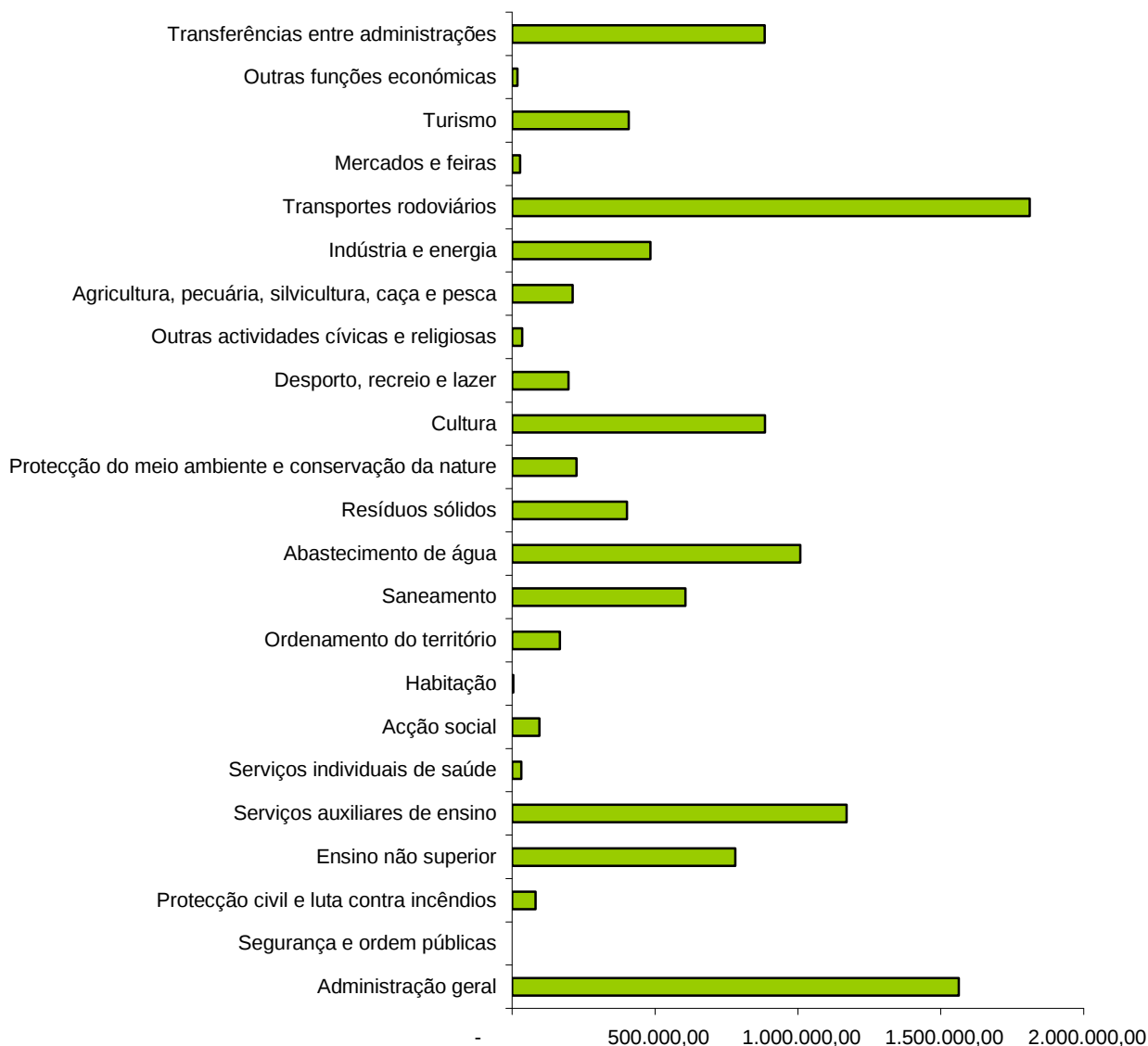
Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos directos, indirectos e não incorporáveis. Dentro dos custos directos encontram-se os custos com Mão-de-Obra e Máquinas e Viaturas. Estes custos são previsionais, baseados em dados do ano anterior.

A Contabilidade de Custos permite apurar custos por bens e serviços; no entanto tal análise seria muito exaustiva pelo que se optou pela apresentação dos custos por Funções, como se poderá observar na tabela seguinte:

Distribuição de Custos por Funções

	Funções	Custo por funções	%
1	Função Geral	1.645.412,58 €	14,82
110	Serviços gerais de administração pública		
111	Segurança e ordem públicas	1.562.750,67 €	14,07
120	Protecção civil e luta contra incêndios	271,96 €	0,00
121	Polícia municipal	82.389,95 €	0,74
122	Funções sociais		0,00
2	Educação	5.614.727,83 €	50,56
210	Ensino não superior		0,00
211	Serviços auxiliares de ensino	781.197,00 €	7,03
212	Saúde	1.170.893,55 €	10,54
220	Serviços individuais de saúde		0,00
221	Segurança e acção sociais	32.207,52 €	0,29
230	Segurança social		0,00
232	Acção social	96.671,70 €	0,87
240	Habituação e serviços colectivos		0,00
241	Habituação	4.337,77 €	0,04
242	Ordenamento do território	168.120,08 €	1,51
243	Saneamento	606.879,51 €	5,47
244	Abastecimento de água	1.008.406,24 €	9,08
245	Resíduos sólidos	402.375,70 €	3,62
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	226.205,69 €	2,04
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos		0,00
251	Cultura	884.812,58 €	7,97
252	Desporto, recreio e lazer	197.665,96 €	1,78
253	Outras actividades cívicas e religiosas	34.954,53 €	0,31
3	Funções económicas	2.961.101,81 €	26,67
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	212.520,54 €	1,91
320	Indústria e energia	483.711,71 €	4,36
330	Transportes e comunicações		0,00
331	Transportes rodoviários	1.810.755,48 €	16,31
332	Transportes aéreos		0,00
333	Transportes fluviais		0,00
340	Comércio e turismo		0,00
341	Mercados e feiras	27.637,55 €	0,25
342	Turismo	408.350,75 €	3,68
350	Outras funções económicas	18.125,78 €	0,16
4	Outras funções	883.276,63 €	7,95
410	Operações da dívida autárquica		0,00
420	Transferências entre administrações	883.276,63 €	7,95
430	Diversas não especificadas		0,00
Total		11.104.518,85 €	100,00

Análise Gráfica da Distribuição dos Custos por Funções



Como podemos observar pela tabela e pelo gráfico, as Funções Sociais representam mais de 50% dos custos do Município; de salientar a Educação com custos totais na ordem de um milhão e novecentos e cinquenta mil euros, o Saneamento com cerca de seiscentos mil euros, o Abastecimento de Água com um milhão de euros e a Cultura com oitocentos e oitenta mil euros.

De seguida podemos realçar as Funções Económicas com cerca de 26% do total de custos, destas os Custos com os Transportes Rodoviários salientam-se com um valor na ordem de um milhão oitocentos e dez mil euros, seguidos da Indústria e Energia com quatrocentos e oitenta e trem mil euros e o Turismo com quatrocentos e oito mil euros.

As Funções Gerais representam cerca de 15%, estando aqui incluídas as despesas inerentes à Administração Geral.

Por último temos as Outras Funções com cerca de 8%, este valor refere-se a Transferências entre Administrações na ordem dos oitocentos e oitenta mil euros.

9. Considerações Finais

O ano económico de 2008 terminou com um saldo de gerência de 562.969,99€, sendo 197.617,65€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 365.352,34€ relativos a saldo de operações de tesouraria.